AGROANALYSIS

A REVISTA DE AGRONEGÓCIO DA FGV

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS | VOL 38 | Nº 03 | MARÇO 2018 | R$ 15,00



ANUFOOD BRAZIL

A OPORTUNIDADE DE ADICIONAR VALOR AOS PRODUTOS ALIMENTÍCIOS BRASILEIROS

FGV EESP
ESCOLA DE ECONOMIA DE SÃO PAULO

ISSN 0100-4298

RENTABILIDADE DA AGROPECUÁRIA EM 2017 CANA CONTINUA IMBATÍVEL

PLATAFORMA ABC MONITORAMENTO DA MITIGAÇÃO DE GEE NA AGROPECUÁRIA

IPI DOS AUTOMÓVEIS ATENÇÃO SOBRE COMO UTILIZAR O INCENTIVO

FGV

Instituição de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, criada em 20 de dezembro de 1944, como pessoa jurídica de direito privado, tem por finalidade atuar no âmbito das Ciências Sociais, particularmente Economia e Administração, bem como contribuir para a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável.

Sede: Praia de Botafogo, 190, Rio de Janeiro - RJ, CEP 22253-900 ou Postal Code 62.591 - CEP 22257-970 | Tel.: (21) 2559 6000 | www.fgv.br
Primeiro Presidente e Fundador: Luiz Simões Lopes
Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal
Vice-presidente: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque, Sergio Franklin Quintella

CONSELHO DIRETOR
Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal
Vice-presidentes: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque, Sergio Franklin Quintella
Vogais: Armando Klabin, Carlos Alberto Pires de Carvalho e Albuquerque, Cristiano Buarque Franco Neto, Ernane Galvêas,
José Luiz Miranda, Lindolpho de Carvalho Dias, Marcílio Marques Moreira, Roberto Paulo Cezar de Andrade
Suplentes: Aldo Floris, Antonio Monteiro de Castro Filho, Ary Oswaldo Mattos Filho, Eduardo Baptista Vianna, Gilberto Duarte Prado, Jacob Palis Júnior, José Ermírio de Moraes Neto, Marcelo José Basílio de Souza Marinho, Mauricio Matos Peixoto

CONSELHO CURADOR
Presidente: Carlos Alberto Lenz César Protásio
Vice-presidente: João Alfredo Dias Lins (Klabin Irmãos & Cia.)
Vogais: Alexandre Koch Torres de Assis, Andrea Martini (Souza Cruz S/A), Antonio Alberto Gouvêa Vieira, Eduardo M. Krieger, Estado da Bahia, Estado do Rio de Janeiro, Estado do Rio Grande do Sul, José Carlos Cardoso (IRB-Brasil Resseguros S.A), Luiz Chor, Luiz Ildefonso Simões Lopes, Marcelo Serfaty, Marcio João de Andrade Fortes, Miguel Pachá, Murilo Portugal Filho (Federação Brasileira de Bancos), Pedro Henrique Mariani Bittencourt, Ronaldo Vilela (Sindicato das Empresas de Seguros Privados, de Previdência Complementar e de Capitalização nos Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo), Willy Otto Jordan Neto
Suplentes: Almirante Luiz Guilherme Sá de Gusmão, General Joaquim Maia Brandão Júnior, José Carlos Schmidt Murta Ribeiro, Luiz Roberto Nascimento Silva, Manoel Fernando Thompson Motta Filho, Nilson Teixeira (Banco de Investimentos Crédit Suisse S.A), Olavo Monteiro de Carvalho (Monteiro Aranha Participações S.A), Patrick de Larragoiti Lucas (Sul América Companhia Nacional de Seguros), Rui Barreto, Sergio Lins Andrade

Diretor da FGV-EESP: Yoshiaki Nakano
Diretor da FGV Projetos: Cesar Cunha Campos
Diretor da FGV-IBRE: Luiz Guilherme Schymura de Oliveira
Diretor da FGV-EAESP: Luiz Artur Ledur Brito

AGROANALYSIS
A REVISTA DE AGRONEGÓCIO DA FGV

Publicação mensal de agronegócio e economia agrícola do Centro de Agronegócio da Fundação Getulio Vargas

Conselho Editorial: Cleber Guarany, Marcelo Weyland Barbosa Vieira, Luis Carlos Guedes Pinto, Luiz Carlos Corrêa Carvalho, Ricardo Simonsen, Roberto Rodrigues e Yoshiaki Nakano
Editor-chefe: Antônio Carlos Kfouri Aidar
Editor Executivo: Luiz Antonio Pinazza
Colaboradores: Bruno Benzaquen Perosa e Felippe Cauê Serigati
Fundadores: Julian M. Chacel e Paulo Rabello de Castro

Capa: Patricia Werner, Fernanda Carvalho, Julia Travassos
Projeto Gráfico: Maria João Macedo [Atelier Lola]
Arte: Alexandre Monteiro
Revisor: Alexandre Sobreiro
Secretaria e Administração: Viviane de Carvalho
Coordenador da Produção Editorial: Evandro Faulin
Publicidade/Comercial/Assinatura: Viviane de Carvalho

Av. Paulista, 1.294, 15º andar,
Tel.: (11) 3799-4104 | Fax: (11) 3262-3569

contato@agroanalysis.com.br
www.fgv.br/agroanalysis

Acesse o site
www.fgv.br/agroanalysis
ou ligue
0800 770 88 81
e assine a publicação que melhor acompanha o agronegócio

O AGRONEGÓCIO É O SEGUINTE

ANUFOOD: APRESENTAÇÃO DO PRODUTO PARA O MUNDO

O PROBLEMA do déficit da previdência faz parte de uma realidade dura. No ano passado, totalizou R$ 182,4 bilhões. A dinâmica das contas do sistema previdenciário é insustentável, pois compromete uma parcela cada vez maior dos gastos do Governo. Fatores como o envelhecimento da população e aumentos reais dados ao salário-mínimo impactam diretamente o piso dos benefícios previdenciários. A reforma da previdência é apenas o primeiro passo no contexto mais amplo das reformas essenciais para o País avançar no século XXI. O setor público brasileiro mostra extrema ineficiência em inúmeras áreas. A carga de impostos sobre o cidadão deveria ter como contrapartida melhores serviços públicos na saúde, na educação, na segurança, entre outras esferas. A base institucional sobre a qual se assenta o serviço brasileiro impede iniciativas de modernização e de aumento de eficiência.

O aumento no consumo de alimentos proteicos, ocasionado pelo crescimento dos centros urbanos, tem feito com que pequenos e médios produtores invistam na profissionalização da atividade, a fim de atender essa demanda do mercado. Se, por um lado, esse movimento tem elevado a renda do produtor; por outro lado, a ausência de um sistema de certificação impede que os pequenos e os médios agricultores exportem os seus produtos para países ricos. Uma feira como a ANUFOOD Brazil – que ocorrerá entre os dias 12 a 14 de março de 2019, no São Paulo Expo – será uma excelente oportunidade para os produtores (especialmente os médios e os pequenos) apresentarem os seus produtos diretamente para clientes de outros países. Já os grandes, tradicionais frequentadores de feiras, terão a oportunidade de realizar novas vendas a um custo muito menor do que a participação em feiras de outros países.

No exercício de 2017, a análise da rentabilidade média das atividades agropecuárias e de outras opções de investimento de capital mostra que o Índice da Bolsa de Valores de São Paulo (Ibovespa) apresentou, de longe, o melhor desempenho (28,22%), seguido pelas aplicações em ouro (11,76%) e pelo Certificado de Depósito Interbancário (CDI) (9,93%). Depois, aparecem as atividades agropecuárias, mais uma vez com a liderança da cana, com os arrendamentos de canaviais (7,85%) e a produção e o fornecimento de cana-de-açúcar (7,75%). As explorações de baixa tecnologia, seja na pecuária de leite ou de corte, registraram os piores comportamentos. O artigo que traz esses resultados analisa, ainda, outras atividades do campo.

Na questão ambiental, tem-se o compromisso internacional assumido de forma voluntária pelo Brasil de reduzir as emissões por meio do Plano ABC (Agricultura de Baixo Carbono), em 2016, na COP-21, em Paris. Os instrumentos para monitorar e contabilizar a mitigação das emissões de gases do efeito estufa (GEEs) geradas pela agropecuária precisam ser desenvolvidos de forma sistemática e com metodologia aceita internacionalmente. Os números apresentados pela Plataforma ABC com base no uso da integração Lavoura-Pecuária-Floresta (iLPF) entre 2010 e 2015 mostram que as metas para 2020 já foram alcançadas – um resultado excelente.

Na entrevista do mês, temos a participação de Antonio Henrique Botelho Lima, presidente da Associação Nacional dos Distribuidores de Insumos Agrícolas e Veterinários (ANDAV). Na conversa, abordou-se o desafio de levar até os agricultores os produtos e os serviços necessários para gerar tecnologia competitiva e rentável. A

agropecuária brasileira segue em crescimento junto com as demandas do campo. São 5.339 distribuidores espalhados por todo o País. Em 2016, os mercados nacionais de fertilizantes, defensivos, sementes, nutrição animal e medicamentos veterinários movimentaram R$ 109,7 bilhões.

O sistema nacional de crédito rural está sendo colocado em xeque. Entidades do setor debatem como financiar o custeio, o investimento e a comercialização da produção agropecuária brasileira. As fontes de recursos tradicionais, baseadas nos depósitos à vista dos agentes financeiros e na Poupança Rural, deixaram de atender com suficiência a necessidade do setor. *Tradings*, indústria, distribuidores e cooperativas, entre outros, junto com os recursos próprios dos agricultores, cada vez mais, irrigam de dinheiro o setor. O mercado de capitais, com os títulos do agronegócio, fazem parte dessa nova realidade. Vivemos uma transição.

Enquanto o agronegócio em geral caminha de maneira favorável, a cadeia produtiva de cacau teve problema em 2016 e 2017. Uma longa e intensa estiagem afligiu a lavoura, com enorme quebra na produção. A indústria teve de recorrer a importações de Gana, na África, para atender os seus contratos comerciais e não interromper a produção por falta de matéria-prima. A situação deve melhorar neste ano, com a retomada da normalidade da safra e a demanda firme com o Produto Interno Bruto (PIB) em ascensão. Para outubro, tem-se a previsão de um grande evento com a realização da 17ª reunião da World Cocoa Foundation (WCF).

Apesar de o cenário de turbulência na política e na economia nacionais ter afetado os negócios com a pecuária em 2017, a Associação Brasileira das Indústrias de Suplementos Minerais (ASBRAM) comemora as vendas e os faturamentos conquistados no último ano. A entidade, que agrega em seu quadro associativo empresas com participação de 67% do mercado, apresenta o seu Caderno Especial pela nona vez na ***Agroanalysis***. Uma nova diretoria assume a sua gestão para o biênio 2018-2019, com a manutenção da linha traçada nos últimos anos e vigor para novas realizações. ■



04 EDITORIAL

07 ABRE ASPAS

07 ENTREVISTA
ANTONIO HENRIQUE BOTELHO LIMA
DESAFIOS NA DISTRIBUIÇÃO DE INSUMOS AGROPECUÁRIOS

11 FRASES & COMENTÁRIOS

12 MACROECONOMIA
ADIANDO O INEVITÁVEL

14 AGRODROPS

17 MERCADO & NEGÓCIOS

17 CAPA ANUFOOD BRAZIL
A CHANCE DE O PRODUTOR FICAR CONHECIDO

19 CAPA ROTA 2030
NÃO PODEMOS ERRAR

21 CAPA CANA CONTINUA IMBATÍVEL
RENTABILIDADES DA AGROPECUÁRIA EM 2017

26 SUSTENTABILIDADE

26 CAPA PLATAFORMA ABC
MONITORAMENTO DA MITIGAÇÃO DAS EMISSÕES DE CARBONO NA AGROPECUÁRIA

30 CONTEÚDO ESPECIAL

30 ASBRAM
SUPLEMENTO MINERAL

35 CNA
FINANCIAMENTO PARA O AGRONEGÓCIO

41 CACAUICULTURA
SUPERAR CRISE E RETOMAR CRESCIMENTO

45 ANDEF
CIÊNCIA EM PROL DA ALIMENTAÇÃO MUNDIAL

46 COLUNAS

46 DIÁRIO DE BORDO
NASA, ABC E AGROENERGIA

47 PRODUZIR
A EXPORTAÇÃO DE ANIMAIS VIVOS E OS NOVOS DESAFIOS DA PECUÁRIA

48 OPINIÃO
PARA O AGRO AVANÇAR!

49 REFLEXÃO
LUZ DO SOL

50 ESTATÍSTICA

DESAFIOS NA DISTRIBUIÇÃO DE INSUMOS AGROPECUÁRIOS

ANTONIO HENRIQUE BOTELHO LIMA

PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DISTRIBUIDORES DE INSUMOS AGRÍCOLAS E VETERINÁRIOS (ANDAV)

DA REDAÇÃO

Atual presidente da ANDAV, o engenheiro agrônomo Antonio Henrique Botelho Lima, com vinte e cinco anos de experiência na área de Comercialização e Distribuição de Insumos, traça um breve diagnóstico e alguns desafios a serem enfrentados pelo setor nos próximos anos.



AGROANALYSIS: COMO ESTÁ ESTRUTURADO O SETOR NO BRASIL?

ANTONIO HENRIQUE BOTELHO LIMA: Ao todo, no Brasil, existem 6.872 vias de comercialização de insumos agrícolas e veterinários, sendo 1.533 cooperativas e 5.339 distribuidores (897 no Centro-Oeste, 450 no Norte, 1.148 no Nordeste, 1.374 no Sudeste e 1.470 no Sul). Todos legalmente aptos e espalhados nas diferentes regiões do território nacional. Esse sistema, de longe, representa os canais de distribuição e a maior via de escoamento de insumos no País.

Segundo dados do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), em 2016 os mercados de fertilizantes, defensivos, sementes, nutrição animal e medicamentos veterinários movimentaram R$ 109,7 bilhões, sendo R$ 54,5 milhões de fertilizantes, R$ 33,3 milhões de defensivos, R$ 10,3 milhões de sementes e R$ 11,6 milhões de outros. As vendas das empresas do setor movimentaram 43,2% desse valor, sendo 98,1% pelas companhias associadas à ANDAV.

As pesquisas contratadas pela ANDAV apontam que, entre as suas associadas, 44% não possuem filiais e 56% possuem. Das que possuem filiais,

23,30% contam com uma filial, 23,30%, duas, 11,67%, três, 7,50%, quatro, e 34,18%, mais de cinco. As empresas que são consolidadas possuem idade média de treze anos de atuação, com predominância de seis e oito anos. Nesse levantamento, 98% comercializam defensivos, 95% fertilizantes, 93% sementes, 22% domissanitários e 17% insumos para pecuária.

EXISTE ALGUM TIPO DE GESTÃO CARACTERÍSTICO?

AHBL: Predomina com muita frequência ainda a gestão familiar, sendo empresas formadas por engenheiros agrônomos e técnicos agrícolas com uma visão muito voltada ao atendimento das demandas do campo. Mas, assistimos, atualmente, a um processo em curso de transformação. Trata-se de um mercado que tem atraído grandes corporações internacionais e fundos de investimento, criando gigantes na distribuição e contrastando em relação ao que tínhamos até cinco anos atrás. Nosso mercado vai remodelar-se aos moldes de outros setores, como o de drogarias e o supermercadista; grandes corporações de abrangência nacional e outros com atuação local e regional.

> “MESMO COM TODAS AS DIFICULDADES LOGÍSTICAS (...) E DE GESTÃO ENFRENTADAS, O AGRONEGÓCIO BRASILEIRO MOSTRA CAPACIDADE E CONFIANÇA PARA AVANÇAR.”

E, independentemente do porte do distribuidor, as boas práticas da gestão serão fundamentais. Haverá oportunidades para quem tiver uma boa gestão, independentemente do tamanho.

COMO É FEITA A COMERCIALIZAÇÃO DE INSUMOS E MÁQUINAS AGRÍCOLAS?

AHBL: São dois processos bem distintos para serem considerados. A comercialização de insumos é feita pelo distribuidor por meio de consultores de campo, com visitas periódicas às propriedades e assessoria técnica e de mercado ao cliente. Nesse ciclo, as necessidades dos agricultores são levantadas e analisadas, de modo a entregar soluções específicas para cada um. Já a compra de máquinas agrícolas é realizada diretamente na concessionária das empresas fabricantes, onde os produtores conseguem financiamento com bancos próprios, gozam do poder na escolha de marca e negociam os valores, as garantias e os benefícios.

ESSES ANOS DE GRANDES SAFRAS GERARAM BONS RESULTADOS TÉCNICOS E ECONÔMICOS?

AHBL: Sim. Podemos, de fato, confirmar e garantir esta constatação. Mesmo com todas as dificuldades logísticas, as oscilações de moedas e de clima e as dificuldades de financiamento e de gestão enfrentadas, o agronegócio brasileiro mostra capacidade e confiança para avançar. Apesar de as complicações fazerem parte trivial de nosso cotidiano, com oscilações entre anos bons e ruins, sempre se criam oportunidades que garantem um crescimento forte. E, com todas as dificuldades recorrentes no Brasil, o agronegócio segue forte na sua evolução tecnológica e de gestão e com recordes de safras pelo aumento da produtividade das lavouras.

Na verdade, os distribuidores de insumos contam com parceiros colaboradores para realizar larga parte dos treinamentos junto aos produtores. Isso pode ser generalizado para todas as culturas. Esse trajeto gera um ganho de conhecimento que repercute em bons resultados. O lançamento de produtos

NAS FONTES DE FINANCIAMENTO PARA OS PRODUTORES, A PARTICIPAÇÃO DOS RECURSOS OBRIGATÓRIOS A JUROS CONTROLADOS TENDE A SE MANTER EM QUEDA.

novos e as propostas de serviços são contínuos. Pela sua importância nas cadeias produtivas, o canal de distribuição de insumos agrícolas e veterinários cresce com profissionalização e qualificação. O reflexo dessas ações atinge positiva e diretamente nossos produtores.

A AGRICULTURA DEMANDA CADA VEZ MAIS CAPITAL DE GIRO?

AHBL: Sim. Essa agricultura vertical e intensiva demanda cada vez mais capital de giro porque é necessário mais investimento para o produtor ganhar produtividade e competitividade. Esse é um dos principais fatores de atração de investidores tanto na produção, como na distribuição de insumos. Empresas estrangeiras devem aumentar sua parcela no ambiente de negócios destes dois elos da cadeia. No Brasil, seja em área cultivada ou produção, o setor primário não parou de crescer, em especial nas últimas duas décadas. Tudo aponta para a continuidade desta trajetória.

COMO FICAM AS PREOCUPAÇÕES COM O FINANCIAMENTO DESSAS GRANDES SAFRAS?

AHBL: Certamente, essa inquietação tende a crescer. Das fontes de financiamento para os produtores, os recursos obrigatórios a juros controlados giram ao redor de 60%. Esta participação vem em queda rápida e tende a se manter assim num ambiente de taxa Selic menor. Os demais estão em ascensão, como os títulos do agronegócio, os recursos livres a juros de mercado e as negociações com *tradings*, cerealistas, indústrias, cooperativas e distribuidores. Os financiamentos do BNDES Finame também são importantes.

Nesse cenário, temos a nossa reflexão própria sobre a questão do acesso ao crédito pelo canal de distribuição. Como financiador da safra agrícola, fato cada vez mais crescente, fica notória a dificuldade para o distribuidor sustentar a necessidade de capital de giro. As datas da compra e do pagamento dos insumos junto à indústria são desarmônicas. Quando o distribuidor começa a ter o recebimento do produtor, já está na hora de fazer nova aquisição de produtos junto à indústria. Isso naturalmente desequilibra o nosso fluxo de caixa.

JUNTO COM AS POLÍTICAS DE CRÉDITO, HÁ O SEGURO RURAL?

AHBL: Na ANDAV, enfatizamos tanto o acesso ao crédito, quanto ao seguro rural. Ambos estão intimamente ligados e são objetos de nossa prioridade. O seguro agrícola ajuda o produtor na compra dos insumos. Trata-se de um fundo garantidor contra intempéries relacionadas a desastres naturais (clima, doenças, pragas etc.) que inviabilizam parte ou completamente a produção. Afinal, o canal de distribuição, dentro da sua lógica de fluxo de caixa, necessita do pagamento do produtor ao final do seu ciclo financeiro.

Em resumo, o seguro agrícola é essencial para as dificuldades de todo o agronegócio brasileiro. É um instrumento importante para o equilíbrio entre a indústria, o canal de distribuição de insumos agropecuários e os produtores. No curto prazo, o foco no crédito é premente, pois exige mais atenção às práticas de boa de gestão, havendo a separação entre a sua concessão e a análise de risco. O seguro, como ainda não está presente em áreas vastas da

agropecuária brasileira, não se adequa a todas as necessidades do produtor.

QUAL É O POSICIONAMENTO DA ANDAV?

AHBL: Nos últimos anos, a ANDAV investiu muito em gestão e qualidade, dando exemplo aos seus associados ao conquistar a ISO 9001 de Gestão e Qualidade, que, desde 2016, está implantada nos seus processos. As frentes mencionadas – atuação política e institucional, treinamento e profissionalização – são aspectos que vêm sendo trabalhados pela Associação há mais de uma década. Hoje, a ANDAV tem representatividade em todos os estados do agronegócio brasileiro, com executivos atuantes, que trocam informações com o mercado, os associados locais, as esferas governamentais e as entidades de classe.

A ANDAV reforçou a sua atuação política em Brasília, mostrando para as autoridades os desafios do setor de distribuição de insumos agropecuários, um trabalho institucional de relevância e que vem sendo esclarecedor para todos os agentes, uma vez que a associação inseriu a sua visão em Projetos de Lei importantes, que estão em tramitação e que, também, propõem mudanças de curto, médio e longo prazos, que certamente serão importantes para todo o setor.

Além disso, o seu portfólio de produtos cresce notavelmente, como a implementação de *webinars* exclusivos para associados com assuntos relevantes do setor e o crescimento do Congresso ANDAV, o maior evento da distribuição de insumos agrícolas e veterinários do País, que chega a 2018 na sua 8ª edição. Com certeza, o Congresso ANDAV é, hoje, o direcionador dos rumos da distribuição no Brasil. Tudo isso com o objetivo de fortalecer o setor e os associados, gerando cada vez mais profissionalização. ■

> “NA ANDAV, ENFATIZAMOS TANTO O ACESSO AO CRÉDITO, QUANTO AO SEGURO RURAL. AMBOS ESTÃO INTIMAMENTE LIGADOS E SÃO OBJETOS DE NOSSA PRIORIDADE.”



FRASES & COMENTÁRIOS

"As exportações de soja e milho seguem em ascensão na próxima década, mas a participação dos Estados Unidos deve cair, com uma maior competição do Brasil, da Argentina e da Ucrânia."

Relatório do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA) sobre as projeções da agricultura para 2027

"Temos setenta anos de atuação no agronegócio brasileiro, com 240 empresas aeroagrícolas, 548 operadores privados e uma frota de 2.115 aviões agrícolas."

JÚLIO AUGUSTO KAMPF, presidente do Sindicato Nacional das Empresas de Aviação Agrícola (SINDAG)

"O objetivo da campanha 'Agro: a Indústria-Riqueza do Brasil' é conectar o consumidor com o produtor rural e, ao mesmo tempo, desmistificar a produção agrícola aos olhos da sociedade urbana."

ROBERTO SCHMIDT, diretor de Planejamento de Marketing da TV Globo

"O próximo grande salto na produção com aumento da produtividade da agricultura brasileira virá pelo uso intenso de tecnologia na irrigação."

ARNALDO JARDIM, deputado federal licenciado (PPS/SP) e secretário de Agricultura de Abastecimento do estado de São Paulo



AGÊNCIA.FPAGROPECUARIA.ORG.BR

"**Precisamos de uma proposta mais consolidada para a obtenção de financiamento à produção agrícola no País, bem como novas fontes de renda e investimento aos produtores rurais. O principal objetivo é reduzir a dependência do crédito agrícola oficial...**"

TEREZA CRISTINA, deputada federal (DEM/MS) e presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA)

"A União Europeia faz movimentos mínimos e insuficientes nas negociações com o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL). Não há equilíbrio nesse jogo, porque o primeiro ofereceu migalhas em contrapartida ao cedido pelo segundo."

CAMILA SANDE, assessora para Negociações Internacionais da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

"O processo de exportação de 25 mil bois para a Turquia foi perfeito e atendeu rígidas normas de bem-estar animal, com monitoramento diário da embarcação pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)."

GUILHERME MARQUES, diretor do Departamento de Saúde Animal da Secretaria de Defesa Agropecuária (DSA/SDA) do MAPA

"Temos de discutir os instrumentos de gestão de riscos, os investimentos externos e as fontes de financiamento ao setor para amenizar o impacto das restrições fiscais sobre o sistema nacional de crédito rural."

JOÃO MARTINS DA SILVA JUNIOR, presidente da CNA

"Agricultura irrigada é uma arma poderosa para o aumento da produtividade, condição indispensável para o Brasil consolidar-se entre os líderes na produção mundial de alimentos."

MARCUS HENRIQUE TESSLER, presidente da Câmara Setorial de Equipamentos de Irrigação da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (CSEI/ABIMAQ)

ADIANDO O INEVITÁVEL

ROGÉRIO MORI
Professor da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getulio Vargas (FGV-EESP)

A REFORMA da previdência, definitivamente, ficou para o próximo governo. Após insistir no tema durante meses a fio, o governo Temer jogou a toalha e decidiu não levá-lo adiante. Com isso, se encerra o ciclo de reformas constitucionais no governo de transição, iniciado a partir do *impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff.

A despeito disso, deve ficar claro que o assunto deverá voltar à tona em breve e que o próximo governo (que se iniciará em 2019) fatalmente terá que lidar com essa questão. A reforma previdenciária será um dos primeiros temas a serem tratados pelo próximo presidente.

Apesar de alguns economistas alegarem de forma equivocada que o problema do déficit da previdência não existe, ele é uma realidade dura, que, no ano passado, totalizou R$ 182,4 bilhões. Ainda que parte deste déficit possa ser corrigida no médio prazo com a retomada da economia e a volta do emprego (o que levaria a um aumento das contribuições), a dinâmica das contas do sistema previdenciário é insustentável, comprometendo uma parcela cada vez maior dos gastos do Governo. Fatores como o envelhecimento da população e aumentos reais dados ao salário-mínimo (o que impacta diretamente o piso dos benefícios previdenciários) contribuíram para o agravamento de um sistema insustentável ao longo do tempo.

Não existe saída fácil ou atalhos para lidar de frente com a realidade e o problema que se mostra cada vez maior. Soluções como a cobrança dos devedores do INSS como argumento essencial para não realizar as reformas essenciais no sistema são irrealistas e, mesmo que fossem factíveis, cobririam apenas parte do déficit anual do sistema.

E, até o momento, foi colocada na mesa apenas a problemática relacionada ao sistema previdenciário do setor privado, sem que nada fosse dito sobre a previdência do setor público. Ainda que as reformas realizadas neste sistema na década passada tenham trazido algum alívio ao sistema em termos dinâmicos, este é extremamente deficitário atualmente e guarda gritantes distorções quando comparado ao sistema vigente no setor privado. Atacar privilégios focando nessas bandeiras pode ser um bom ponto de partida para o governo angariar apoio junto à sociedade para promover reformas nessa área.

Enquanto isso não ocorre, o País recebe mais um rebaixamento pelas agências de risco internacional. A última foi a Fitch, que, em fevereiro, rebaixou a nota brasileira para BB-, seguindo as agências Standard & Poor's e Moody's. Os rebaixamentos promovidos pelas agências são puro reflexo do quadro fiscal brasileiro atual, em que o desajuste das contas públicas é grave e as perspectivas de movimentos no sentido de um ajuste dinâmico em 2018 se tornaram nulas.

A reforma das previdências pública e privada é apenas o primeiro passo em um contexto mais amplo de reformas essenciais para o País avançar no século XXI. O setor público brasileiro como um todo mostra-se extremamente ineficiente em inúmeras áreas, oferecendo serviços de baixíssima qualidade à sociedade. A carga de impostos que recai sobre o cidadão brasileiro deveria ter

como contrapartida uma oferta de mais e melhores serviços públicos à população nas mais variadas esferas (saúde, educação etc.). Os resultados e as evidências revelam que isso não tem ocorrido, e se observam, sistematicamente, desperdícios e ineficiências em várias áreas do setor público. Nesse sentido, a base institucional sobre a qual se assenta o serviço público brasileiro impede quaisquer iniciativas no sentido de modernização e aumento de eficiência do setor. Com isso, mesmo com o aumento dos gastos públicos em diversas áreas, o retorno percebido pela sociedade tem sido recorrentemente baixo.

Sob essa perspectiva, promover reformas no sentido de dotar o setor público de maior eficiência é essencial no contexto da modernização da economia brasileira neste século. Não levar isso adiante é colocar o Brasil no mesmo compasso de crescimento dos últimos anos, condenando-nos, definitivamente, a termos um padrão de renda média em termos mundiais, com um acentuado grau de desigualdade. ■

SHUTTERSTOCK



AGRODROPS

CORRESPONDÊNCIAS PARA ESTA SEÇÃO DEVEM SER ENVIADAS
PARA O E-MAIL AGRODROPS@AGROANALYSIS.COM.BR

FEIRAS INTERNACIONAIS DO AGRONEGÓCIO

O governo brasileiro terá forte presença em feiras internacionais do agronegócio no segundo trimestre deste ano. A Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SRI/MAPA) coordenará a participação em eventos importantes. A atuação brasileira nestes eventos é tratada no Departamento de Promoção Internacional do Agronegócio (DPI) da Secretaria, juntamente com equipe do Ministério das Relações Exteriores (MRE). Essas ações oferecem oportunidade para a realização e a abertura de novas fronteiras de negócios.

BRASIL: PARTICIPAÇÃO EM FEIRAS INTERNACIONAIS

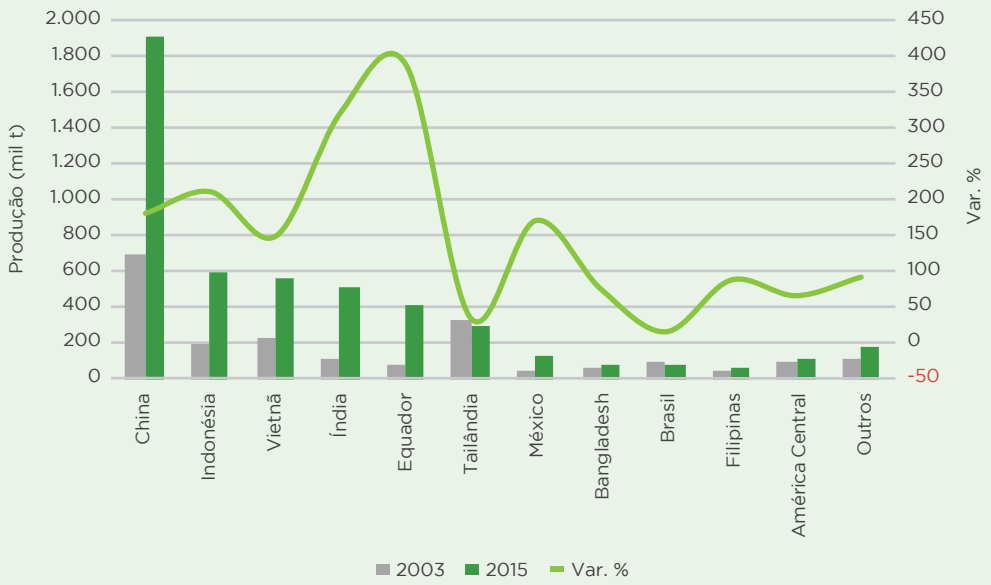
MÊS	Evento	País
Abril	Food&HotelAsia	Cingapura
Maio	Seoul Food and Hotel	Coreia do Sul
Junho	SAITEX	África do Sul
Junho	Iran Agro Food	Irã

Fonte: MAPA

POTENCIAL DA CARCINOCULTURA

A área potencial do Brasil para o cultivo de camarões marinhos é de 1 milhão de hectares, mas apenas 0,3% desta área é explorada. As condições sanitárias apresentadas pelo País são bem favoráveis. A China, maior produtor mundial, cultiva 850 milhões de hectares. Para a Associação Brasileira de Criadores de Camarão (ABCC), o País possui uma base produtiva e uma massa crítica de experientes produtores, com conhecimentos técnicos e mercadológicos.

MUNDO: PRODUÇÃO DE CAMARÃO

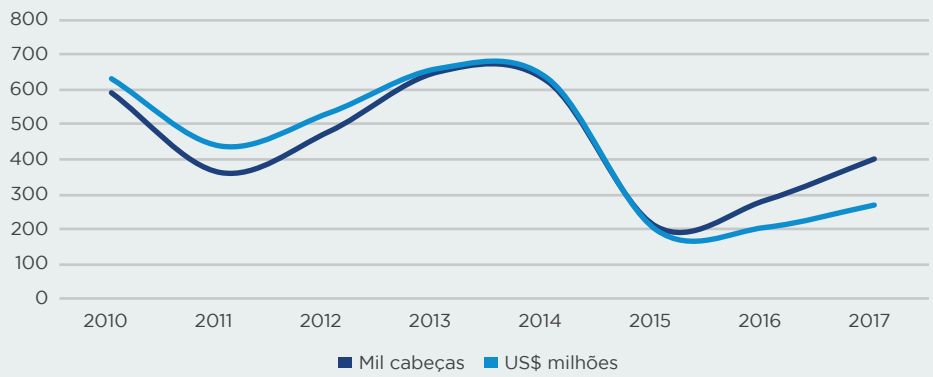


Fonte: FAO

COMÉRCIO ESPECÍFICO E EXIGENTE

Destinados a atender um nicho de mercado, os embarques de boi cumprem critérios específicos de qualidade e ajuda no escoamento da produção. O produto exportado recebe um prêmio de um quarto do seu valor. É uma fonte de renda adicional de renda para o pecuarista. A quantidade exportada representa em torno de 0,2% do tamanho do rebanho nacional. O bovino apenas pode ser embarcado quando acompanhado do Certificado Zoossanitário Internacional (CZI), aprovado pelo MAPA.

BRASIL: EXPORTAÇÃO DE BOI EM PÉ



Fonte: MDIC

PERSPECTIVA NA PROTEÍNA ANIMAL

O resultado da produção e da exportação de proteína animal (frango, bovino e suíno) mostra uma trajetória firme de crescimento. A melhor conjuntura do negócio deu-se em 2014. Depois, veio o triênio de crise na economia do Brasil, somado ao baque sofrido pelo setor no primeiro semestre de 2017 em decorrência da operação Carne Fraca. A expectativa para 2018 é de crescimento e recuperação do potencial nacional.

BRASIL: FRANGO, BOVINO E SUÍNO

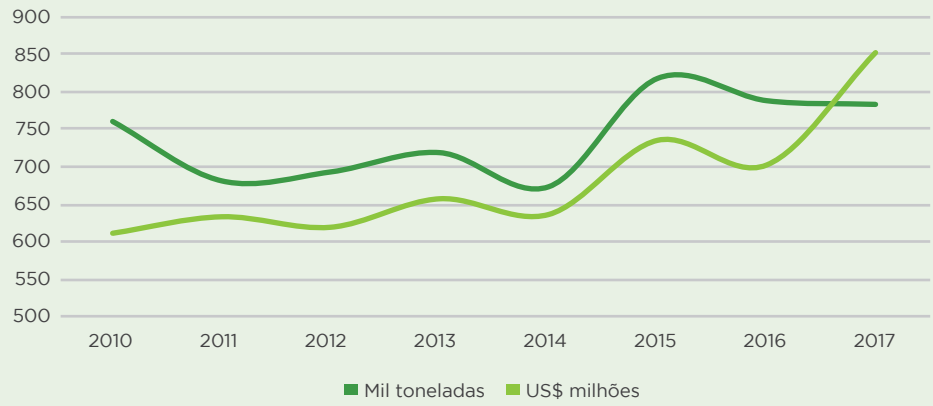


Fonte: ABPA; ABIEC; Conab

AUMENTAR VENDAS EXTERNAS PARA FRUTAS

O MAPA deve lançar o Plano Nacional de Desenvolvimento da Fruticultura (PNDF) para o País. A meta visa duplicar a produção em cinco anos e aumentar em 50% o volume de exportações em dois anos. O País ocupa a 23ª posição no *ranking* mundial de exportação de frutas, de acordo com a Associação Brasileira dos Produtores Exportadores de Frutas e Derivados (ABRAFRUTAS). Com 2 milhões de hectares cultivados, atrás da Índia e da China, o Brasil exporta apenas 2,5% da sua produção.

BRASIL: EXPORTAÇÃO DE FRUTAS



Fonte: SECEX

PROGRAMA DE MODERNIZAÇÃO E FORTALECIMENTO DA DEFESA AGROPECUÁRIA (PRODEFESA)

O MAPA anunciou a dotação de US$ 200 milhões para o Prodefesa. Cerca de US$ 195 milhões serão financiados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), com a contrapartida de US$ 5 milhões do governo brasileiro. O financiamento está dividido em três partes: (i) US$ 80 milhões voltados ao controle e à erradicação de pragas vegetais e doenças de animais (aftosa e outras); (ii) US$ 80 milhões à melhoria na prestação dos serviços de defesa agropecuária; e (iii) US$ 35 milhões à cooperação técnica para o fortalecimento institucional (fortalecimento do Sistema Brasileiro de Vigilância e Emergências Veterinárias – SISBRAVet) e à implantação do Parque Tecnológico em Defesa Agropecuária junto ao Laboratório Nacional Agropecuário (Lanagro) de Pedro Leopoldo-MG e do Centro Regional de Avaliação de Risco.

ERRATA

No artigo "Novo Julgamento do Código Florestal", publicado na edição de fevereiro de 2018, o número correto da Lei do Código Florestal é 12.651, de maio de 2012.

ANUFOOD BRAZIL

A CHANCE DE O PRODUTOR FICAR CONHECIDO

CASSIANO FACCHINETTI
Diretor da Koelnmesse Brasil

O CRESCIMENTO das cidades é um processo contínuo que ocorre em todo o mundo. Este movimento, que se traduz em uma maior concentração de pessoas vivendo em uma área, tem aumentado, também de maneira contínua, a demanda por alimentos proteicos. O estilo de vida da população urbana, com hábito de consumo próprio e poder aquisitivo superior ao dos consumidores rurais, fomenta um mercado de culinária requintada, rica em proteína. Nesse contexto, para atender a demanda, os pequenos e os médios produtores rurais precisam se profissionalizar.

Como mostra um artigo da publicação The Economist*, Mathabari, aldeia localizada ao norte de Bangladesh, é um bom exemplo das transformações provocadas pelo crescimento das cidades sobre o campo. A paisagem, dominada por amplas áreas de cultivo de arroz há vinte anos, é, hoje, ocupada, em sua maior parte, por lagos que produzem diversas espécies de peixe. A fome sazonal, comum nas regiões de arroz, não ocorre mais, e, além disso, a maior oferta reduziu o preço dos alimentos nas cidades.

Outro exemplo é a produção de frango da Nigéria, que se aglomera em torno das cidades em crescimento.

Do lado negativo, um ponto comum desses dois exemplos é a ausência de um sistema de certificação, o que impede que os pequenos e os médios agricultores exportem os seus produtos para países ricos. No Brasil, por exemplo, uma saída para essa classe de produtores pode estar no cooperativismo. No lado da venda, uma feira como a ANUFOOD Brazil é uma excelente oportunidade para os produtores apresentarem os seus produtos diretamente para clientes de outros países.

O PAPEL DA ANUFOOD BRAZIL

A maneira sustentável de garantir produção e comércio de produtos alimentícios tem uma forte conexão com o que a ANUFOOD oferecerá para os seus participantes. Em parceria inédita e exclusiva com a FGV Projetos, a feira irá abordar, além de inovações em produtos, outros temas e discussões estratégicos para o desenvolvimento da indústria, as tendências de consumo e o futuro da segurança alimentar.

O evento, que será a mais completa feira de negócios para o setor de ingredientes de alimentos e bebidas do Brasil e da América Latina, já nasce com toda a *expertise* que a Koelnmesse possui na realização da Anuga – que, em 2018, chegará à sua 35ª edição em Colônia, na Alemanha. Além disso, a Koelnmesse é líder internacional na implementação de feiras de serviços e produtos relacionados ao processamento de alimentos e bebidas, o que somente reforça a nossa confiança na organização da primeira edição do evento no Brasil.

A organização de uma feira do tamanho e do escopo da ANUFOOD Brazil só pode ser bem-sucedida com a participação de diversas instituições, que ajudem a criar grandes oportunidades de negócio aos participantes – expositores e visitantes que irão se encontrar de 12 a 14 de março de 2019, no São Paulo Expo.

Uma das parceiras da ANUFOOD Brazil é a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), uma entidade cuja atuação está totalmente alinhada ao nosso compromisso de valorização da indústria de alimentos e bebidas.



© KOELNMESSE GMBH

Além da OCB, mais nove associações ligadas à indústria de alimentos e bebidas estarão presentes na ANUFOOD Brazil, a saber: a Associação Brasileira das Indústrias da Alimentação (Abia), a Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes (ABIEC), a Associação Brasileira das Indústrias de Biscoitos, Massas Alimentícias e Pães & Bolos Industrializados (ABIMAPI), a Associação Brasileira das Indústrias de Refrigerantes e de Bebidas não Alcoólicas (ABIR), a Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA), o Instituto de Tecnologia de Alimentos (ITAL), a União da Indústria de Cana-de-Açúcar (UNICA), a Associação Brasileira da Indústria de Café (ABIC) e a Associação Brasileira da Indústria de Chocolates, Cacau, Amendoim, Balas e Derivados (ABICAB).

PARCERIA ANUFOOD-OCB

De acordo com o presidente da OCB, Márcio Lopes de Freitas, hoje o Sistema OCB congrega 1.550 cooperativas agropecuárias, compostas por mais de 1 milhão cooperados. Juntas, estas cooperativas geram 188,7 mil empregos diretos.

Não é exagero dizer que todos os números ligados às cooperativas são superlativos: a OCB revela que, no ano de 2016, as cooperativas agropecuárias brasileiras obtiveram um faturamento superior a R$ 180 bilhões, incremento de 13% em comparação a 2015. "Seguramente, nos últimos cinco anos, as cooperativas vêm obtendo incremento anual em suas receitas acima dos dois dígitos percentuais, e, segundo dados divulgados pelo Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC), as exportações realizadas diretamente pelas cooperativas no ano de 2017 totalizaram US$ 6,1 bilhões", comentou Freitas.

Essas cooperativas agropecuárias fomentam a tecnologia por meio da assistência técnica aos cooperados, além de participarem ativamente nas operações de fornecimento de insumos e atividades de recepção, classificação, armazenagem, processamento e comercialização dos produtos de seus associados. "Mas, a maior importância é no desenvolvimento econômico e social sustentável", prossegue o presidente da OCB, "principalmente das pequenas e médias propriedades rurais. Assim, o cooperativismo agropecuário exerce um papel de relevância para a economia do País, pois apresenta ganhos de eficiência e profissionalização constantes".

Diferentemente dos modelos de investimento comuns, que buscam predominantemente retorno de curto prazo em mercados voláteis e instáveis, as cooperativas perduram em suas regiões de atuação, com visão estratégica de longo prazo, buscando benefícios contínuos para seus cooperados. ■

* "Counting chickens – How the growth of cities changes farming", publicado em 15 de fevereiro de 2018

ROTA 2030

NÃO PODEMOS ERRAR

PLINIO M. NASTARI

Representante da sociedade civil no Conselho Nacional de Política Energética (CNPE)

Está em avaliação pelo Governo uma proposta de redução da alíquota do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) de carros elétricos a bateria de 25% para 7%. Este incentivo somar-se-ia à já aplicada isenção do Imposto de Importação (II) de 35%. A proposta é um dos elementos do Rota 2030, programa que deve substituir o Inovar-Auto – condenado na Organização Mundial do Comércio (OMC) por criar benefícios à indústria automotiva local – e que visa criar um modelo indutor de maior eficiência energética e de valorização de ganhos ambientais.

A única justificativa possível para essa política é o modismo, o desejo de copiar o que é feito em outros países sem avaliar as consequências, as alternativas e as oportunidades de que dispomos. Se o critério fosse técnico, e não guiado pelo modismo, seria reconhecido que o veículo atual utilizando combustível renovável é mais limpo do que o carro elétrico a bateria. Segundo a Associação Brasileira de Engenharia Automotiva (AEA), considerando a avaliação de ciclo de vida, um veículo leve convencional movido a etanol no Brasil emite 45 gramas de CO_2 por quilômetro (g CO_2/km) e o que usa gasolina emite 166 g CO_2/km. Considerando o *mix* de combustíveis no Brasil, a emissão média é de 129 g CO_2/km. O carro elétrico a bateria produzido na Europa emite 139 g CO_2/km.

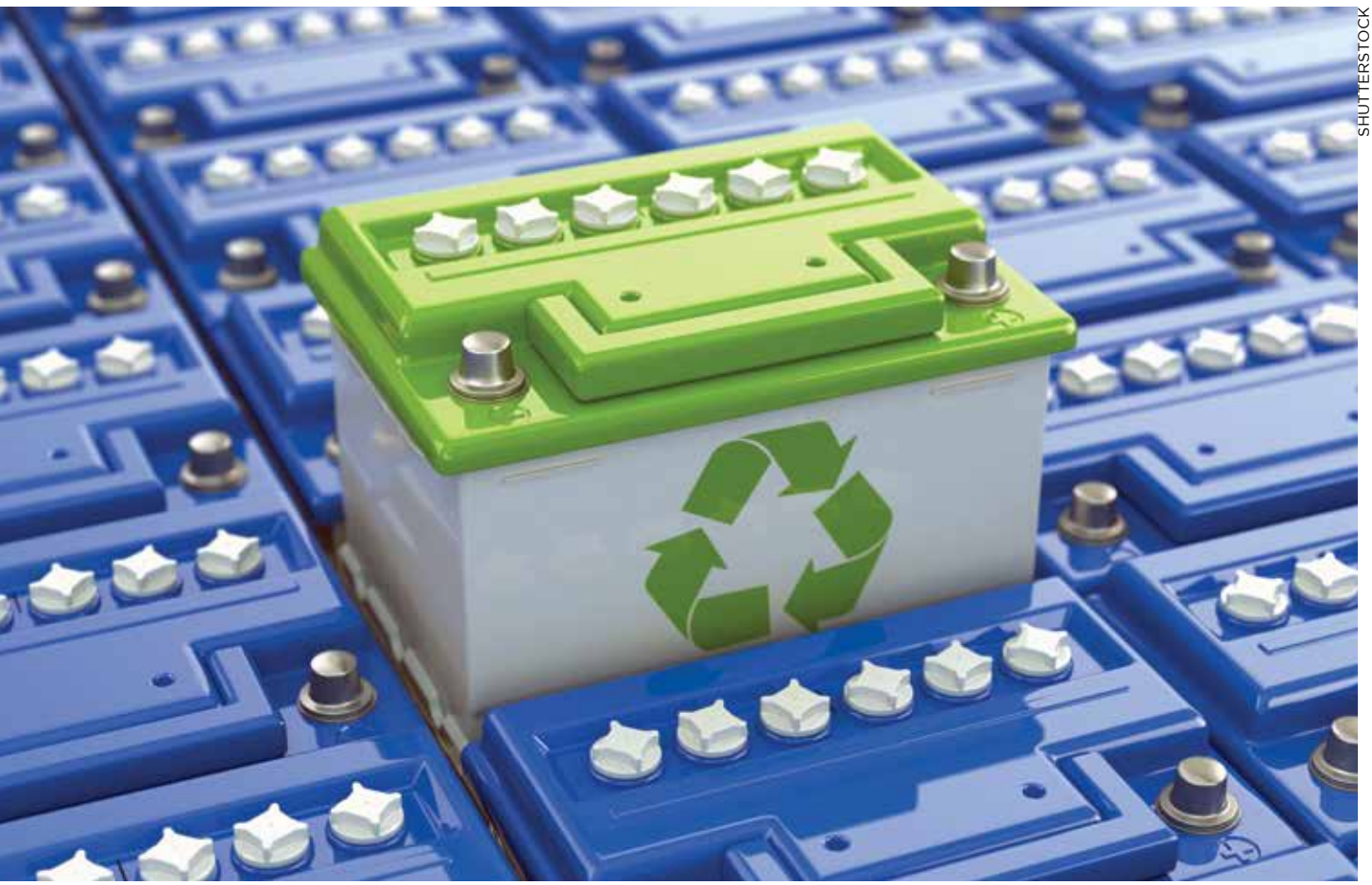
Portanto, o que o Brasil faz, hoje, com motores a combustão interna já é superior ao que a Europa e os EUA almejam alcançar com os carros elétricos a bateria. O consumo energético do carro elétrico é três vezes menor, mas isso é alcançado a um custo muito elevado. Por outro lado, há ganhos consideráveis ainda a serem implementados nos atuais veículos a combustão interna, e existe, obviamente, a opção de incentivar os híbridos *flex* e os carros movidos a célula a combustível, que também são considerados elétricos e têm um consumo energético igualmente baixo. Ocorre que o híbrido *flex* usando etanol emite apenas 23 g CO_2/km e pode ser implementado rapidamente, e a célula a combustível emite incríveis 11 g CO_2/km.

Portanto, é preciso definir que tipo de eletrificação o País deseja perseguir. O Brasil tem a oportunidade de eleger a eletrificação por meio do híbrido *flex*, criando um padrão mundial para este tipo de veículo capaz de ser exportado para todos os países em condições de produzir biocombustíveis de forma econômica e sustentável. Isso não se aplica apenas ao etanol usado em veículos leves, mas também ao biodiesel e ao bioematano usados em motores pesados.

O carro elétrico a bateria depende de baterias fabricadas a partir de lítio e cobalto, minerais escassos e de preços crescentes. O lítio é encontrado basicamente na China e no Chile, e já se discute limites para a sua disponibilidade e a dependência que a adoção desta tecnologia deve trazer sobre essas origens. O preço do cobalto na Bolsa de Londres mais do que dobrou em 2017, para US$ 75 mil por tonelada, e a BMO Capital Markets projeta que deverá dobrar novamente nos próximos dois anos, pelo aumento na demanda por baterias. Dois terços do cobalto, ou 66 mil toneladas por ano, são extraídos no Congo, onde a Anistia Internacional, em relatório de 2016, indica que milhares de crianças, algumas com sete anos de idade, trabalham na extração do minério em condição de trabalho escravo, insalubre e de risco.

O descarte da bateria é poluente, e a sua vida útil é limitada, o que leva a um custo elevado de reposição. Por ter um custo alto, é uma tecnologia de baixa acessibilidade, isto é, poucos consumidores têm possibilidade de acesso à tecnologia. Além disso, depende de uma infraestrutura que não existe e que precisa ser criada a um custo também alto. É exatamente para compensar o custo elevado de aquisição que a redução do IPI é cogitada e a isenção do imposto de importação é aplicada. Mas, estes são incentivos na direção errada. O recurso será muito melhor gasto se o incentivo for oferecido para induzir redução no consumo energético dos veículos atuais utilizando combustíveis renováveis e para promover os híbridos *flex* e, no futuro, a célula a combustível utilizando etanol, biodiesel e biometano. Já existe, instalada no Brasil, a distribuição de etanol em quase 42 mil postos de revenda, o que equivale a uma grande rede de energia solar disponibilizada como líquido de elevada densidade energética.

Em dezembro, o Congresso Nacional aprovou e o presidente Temer sancionou a Política Nacional de Biocombustíveis (RenovaBio), que tem como objetivo criar metas de médio e longo prazos, induzir ganhos de eficiência na produção e reconhecer a capacidade de os biocombustíveis reduzirem emissões de carbono, contribuindo, assim, para o cumprimento das metas do Acordo do Clima. O Rota 2030 é irmão siamês do RenovaBio e tem a oportunidade de eleger um modelo de desenvolvimento que valorize a engenharia automotiva nacional. As indústrias automotiva e de combustíveis precisam de previsibilidade e estabilidade de políticas públicas para planejar e realizar os seus investimentos. A definição de uma visão integrada e de uma estratégia tecnológica que privilegie e valorize nossa capacitação nesses setores representa uma oportunidade histórica para o Brasil posicionar-se como liderança ambiental e energética, que é o que a comunidade internacional realmente espera de nós. ■



SHUTTERSTOCK

CANA CONTINUA IMBATÍVEL

RENTABILIDADES DA AGROPECUÁRIA EM 2017

RAFAEL RIBEIRO DE LIMA FILHO
Zootecnista da Scot Consultoria

EM TODO começo de ano, a Scot Consultoria calcula as rentabilidades médias das atividades agropecuárias e de outras opções de investimento de capital no ano anterior. Para tanto, utilizamos modelos econômicos que levam em consideração os fatores estimados para cada negócio agropecuário (índices técnicos, localização e estrutura produtiva) conforme o nível tecnológico. Nesse sentido, ressalta-se que os resultados apresentados podem ter significativa variação conforme alteração ocorrida nos índices produtivos. Como vem se repetindo dentro do setor agropecuário, a cana continua imbatível.

Os investimentos em ações na bolsa de valores, considerados por meio do índice Ibovespa, lideraram 2017, com 28,2% de rentabilidade. Na sequência, apareceram o ouro e o Certificado de Depósito Interbancário (CDI), com, respectivamente, 11,8% e 9,9% de rentabilidade média.

SHUTTERSTOCK



RENTABILIDADES MÉDIAS DAS ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS E INDICADORES ECONÔMICOS EM 2017



Fonte: Scot Consultoria; B3; Banco Central; FGV

A produção e o fornecimento de cana-de-açúcar (7,7%) e o arrendamento de canaviais (7,8%) foram as únicas atividades agropecuárias com resultados econômicos acima dos 7,0%, o rendimento médio registrado pela poupança. Foi o segundo ano consecutivo de recuperação do setor. Nesse caso, as altas de preço do etanol puxaram para cima as cotações no mercado interno.

Ainda na agricultura, a safra 2016/17 foi marcada pela produção recorde de soja e milho no Brasil e pelas quedas nas cotações no mercado interno. Para complicar, a demanda interna por grãos diminuiu em função da crise econômica vivida pelo País e, principalmente, do menor consumo do setor de nutrição animal.

Considerando a produção de soja na safra de verão e a de milho na segunda safra, a rentabilidade média estimada foi de 2,9%. Na temporada 2015/16, puxada pela forte valorização do milho, o resultado médio foi de 8,1%.

No caso das pecuárias de corte e de leite, apesar da redução nos custos de produção em 2017 quando em comparação a 2016, os preços de venda do boi gordo e do leite caíram em maior proporção, com prejuízos para estas atividades. O Índice Scot Consultoria de Custos de Produção da Pecuária de Corte de alta e de baixa tecnologia caiu, em média, 1,8% em 2017. Já o preço da arroba do boi gordo caiu 9,4% na praça de Barretos-SP no mesmo período, considerando os valores deflacionados. Para a pecuária de leite, a queda nos custos de produção foi de 7,9%, enquanto os preços pagos aos produtores caíram, em média, 9,0% no mesmo período.

No caso da pecuária (corte e leite), a queda nos custos de produção impactou mais quem utiliza tecnologia na atividade, já que a redução maior ocorreu nas cotações dos alimentos concentrados (milho e farelo), além de fertilizantes. De qualquer forma, as rentabilidades médias das atividades de corte e produção de leite ficaram aquém dos

RENTABILIDADES MÉDIAS DAS ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS E INDICADORES ECONÔMICOS

ÍNDICES/INVESTIMENTOS	2016	2017
Ibovespa	37,90%	28,22%
Ouro	-10,71%	11,76%
CDI	13,99%	9,93%
Arrendamento em regiões de cana	6,78%	7,85%
Produção e fornecimento de cana	3,88%	7,75%
Poupança	8,34%	7,00%
Ciclo completo – com aplicação crescente de tecnologia	6,17%	5,04%
Recria e engorda – com aplicação crescente de tecnologia	5,18%	5,02%
Arrendamentos gerais (melhores opções)	3,23%	3,08%
Agricultura anual – soja e milho	8,10%	2,92%
Cria – com aplicação crescente de tecnologia	3,17%	2,41%
Leite – alta tecnologia (25 mil L/ha/ano)	3,08%	2,08%
Ciclo completo – baixa tecnologia	2,64%	1,83%
Dólar comercial	-19,41%	0,88%
Recria e engorda – baixa tecnologia	0,34%	0,10%
IGP-DI	7,18%	-0,42%
Cria – baixa tecnologia	-1,21%	-1,62%
Leite – baixa tecnologia	-8,95%	-8,47%

Fonte: Scot Consultoria; B3; Banco Central; FGV

resultados de 2016. Estas atividades, quando conduzidas com baixa tecnologia, tiveram os piores resultados em 2017. No caso da pecuária leiteira, com produtividade média de 1.500 L/ha/ano, houve prejuízo médio de 8,5% em 2017.

EXPECTATIVAS PARA 2018

Para 2018, questões como o clima e o câmbio deverão vir mais à tona e terão reflexos diretos sobre os resultados das atividades agropecuárias. No caso dos grãos, os atrasos na colheita da safra de verão e no plantio da safra de inverno 2017/18, em função do excesso de chuvas nesta temporada, deram sustentação aos preços no mercado brasileiro em pleno início de colheita. A previsão é de uma produtividade menor das lavouras neste ciclo.

Essa oferta menor, somada à demanda mundial firme e especulações acerca da safra argentina, diante da falta de chuvas, deverá implicar preços maiores para os grãos em 2018, mas esta alta deverá ser limitada pelos estoques mundiais, que estão elevados.

No caso da pecuária de corte, a oferta de boiadas nesta safra deverá pressionar as cotações, principalmente na desova do final de safra, que, normalmente, ocorre entre abril e maio. Do lado da demanda, o cenário esperado é de retomada do consumo interno, mas ainda em um quadro rodeado de muitas incertezas econômicas e políticas.

Com isso, buscar opções de venda ou ferramentas para a trava de preços da arroba será fundamental, principalmente em um ano de incertezas, que podem refletir sobre diversos fatores, como o câmbio.

Para a pecuária de leite, as apostas também estão na retomada do crescimento da demanda interna, ainda que timidamente. Do lado da oferta, a estimativa é de crescimento de 1,8% da produção.

2018 é um ano de cautela e exigirá planejamento e gestão por parte dos pecuaristas e dos agricultores. ■



Somos o Sicredi e, para tudo que a sua propriedade rural precisar, você pode contar com a gente. Nosso compromisso é estar ao seu lado. Por isso, oferecemos os produtos e serviços financeiros que ajudam no seu crescimento, sempre de um jeito mais próximo e descomplicado.

Seguros intermediados pela Corretora de Seguros Sicredi. Verifique se o crédito consultado cabe no seu orçamento. Crédito sujeito à análise e aprovação.
SAC: 0800 724 7220 / **Deficientes Auditivos ou de Fala:** 0800 724 0525. **Ouvidoria:** 0800 646 2519.

sicredi.com.br



Abra uma conta com a primeira instituição financeira ***cooperativa*** *do Brasil.*

Sicredi

PLATAFORMA ABC

MONITORAMENTO DA MITIGAÇÃO DAS EMISSÕES DE CARBONO NA AGROPECUÁRIA

CELSO VAINER MANZATTO[1] LUCIANA SPINELLI DE ARAUJO[2]
LUIZ EDUARDO VICENTE[3] ANDREA KOGA VICENTE[4]
BRUNO BENZAQUEN PEROSA[5]

AO SE analisarem os impactos da ação humana nas mudanças climáticas, a agropecuária é mencionada como uma das principais causas do desmatamento florestal, contribuindo para o aumento das emissões de gases do efeito estufa (GEEs). As emissões do setor, cerca de 31% do total nacional, são oriundas do processo produtivo, como emissões de gás metano na pecuária, liberação de carbono pelas práticas de manejo do solo e outras.

Se, por um lado, essas externalidades negativas geradas pela agropecuária podem fragilizar a imagem do setor; por outro lado, representam uma excelente oportunidade para reduzir emissões ou mesmo recompor os estoques de carbono que foram liberados ao longo das últimas décadas. E esta recomposição deverá ser contabilizada para o cumprimento dos compromissos internacionais de redução de emissões que o Brasil assumiu voluntariamente por meio do Plano ABC e que foram ratificados e ampliados em 2016 na COP-21, em Paris.

Contudo, para que esse imenso potencial se traduza em ganhos para o Brasil, é preciso desenvolver



instrumentos para monitorar e contabilizar a mitigação das emissões de GEE geradas pela agropecuária de forma sistemática e metodologicamente aceita internacionalmente. É com esta missão que, em 2016, foi inaugurada a Plataforma ABC, localizada na Embrapa Meio Ambiente e sob coordenação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa).

Com o objetivo de articular os esforços de monitoramento das estimativas de redução das emissões de GEEs dos diversos setores ligados à agropecuária, a Plataforma conta com um Comitê Diretor, composto por membros do MAPA, do Ministério do Meio Ambiente (MMA), do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), da Embrapa, da Rede Brasileira de Pesquisas sobre Mudanças Climáticas Globais (Rede Clima), do sistema bancário, da sociedade civil e do setor agropecuário privado.

COMO OPERACIONALIZAR OS INSTRUMENTOS DE MENSURAÇÃO E MONITORAMENTO?

Além de desenvolver metodologias para mensuração e monitoramento de GEEs, é fundamental que sejam desenhados instrumentos regulatórios que permitam a aplicação destas metodologias. Esses mecanismos podem ocorrer tanto via mecanismos públicos (verificação por órgãos de fiscalização ou autodeclararão obrigatória dos produtores), como via instrumentos privados (certificações e outros sistemas de monitoramento privados).



SHUTTERSTOCK

A escolha de mecanismos de monitoramento públicos e privados deve considerar uma série de fatores. Geralmente, critérios de mensuração mais complexa e geograficamente dispersa tendem a ser melhor cobertos por mecanismos públicos, que têm acesso a bases de dados mais amplas. No caso do setor agropecuário brasileiro, pode-se mencionar o Cadastro Ambiental Rural (CAR) e o sistema de imagens por satélite, que permitem analisar uma série de elementos relativos às práticas produtivas adotadas.

Buscar a harmonização de mecanismos públicos e privados é fundamental para facilitar a adoção de práticas que reduzam as emissões de GEEs. Logo, as metodologias e as informações geradas pelas plataformas públicas são fundamentais para regular e viabilizar o desenvolvimento de instrumentos de certificação privada. A disponibilidade de informações geradas por plataformas públicas pode baratear o desenvolvimento de certificações.

Um exemplo de instrumento de mensuração público e que pode gerar essa interação com o monitoramento privado vem sendo desenvolvido pela Plataforma ABC. Trata-se de uma estratégia multiescala de aquisição de dados, em nível nacional pelo uso de imagens de satélite e em nível local por meio do desenvolvimento do aplicativo AgroTag para dispositivos móveis (ver *box*).

POTENCIAL DE MITIGAÇÃO NA AGROPECUÁRIA BRASILEIRA

Os compromissos ambientais assumidos colocam a agropecuária em posição estratégica para o cumprimento das metas assumidas, tanto pela dimensão da área para a adoção de tecnologias de baixo carbono – da ordem de 55,5 milhões de hectares até 2030, com um potencial de mitigação de 240 milhões a 294 milhões de toneladas de CO_2 eq. –, quanto pelo esforço de recomposição de vegetação nativa decorrente do Código Florestal, de 12 milhões de hectares.

O Brasil possui o maior rebanho comercial de gado bovino do mundo, cerca de 218 milhões de cabeças, e precisa investir em sustentabilidade para garantir o consumo interno e conquistar cada vez mais mercados internacionais. A pecuária responde por 57% das emissões do setor, mas, se for mantida a tendência de intensificação e integração produtivas, pode liberar terras para outras atividades agrícolas, contribuindo para a diminuição do desmatamento e o sequestro de carbono.

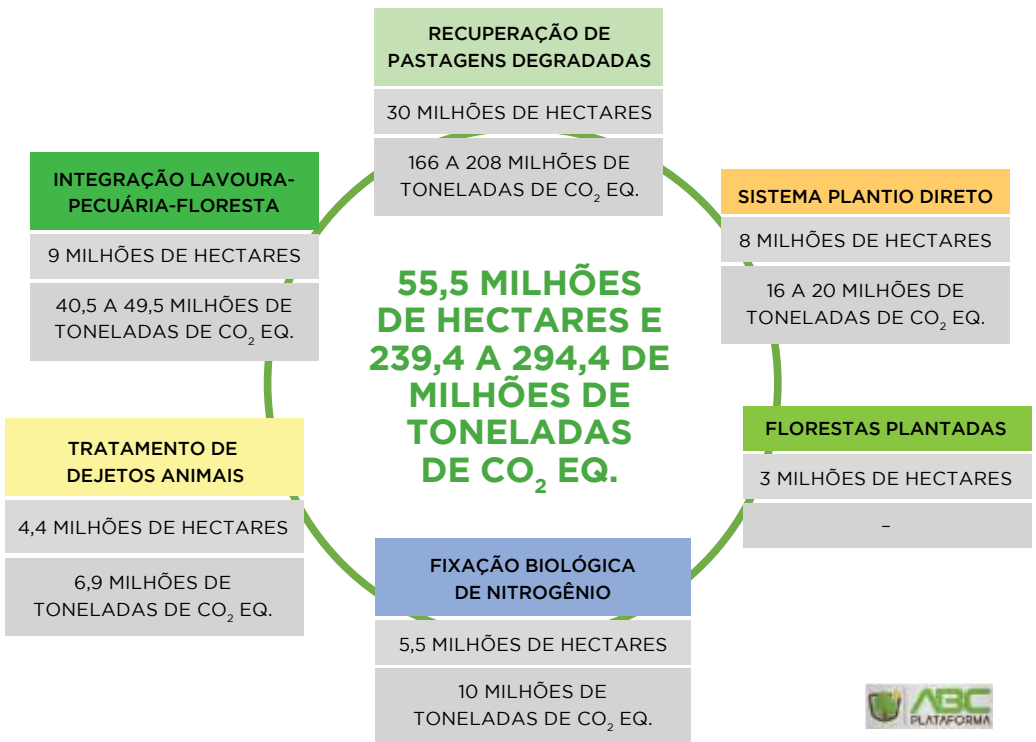
E a agropecuária já mostra que é possível atender as metas assumidas, com redução de 19% em relação às emissões previstas para 2015, de acordo com a 4ª edição das Estimativas Anuais de Emissões de Gases de Efeito Estufa no Brasil. Adicionalmente, o Brasil já tem tecnologias para produzir carne com as emissões neutralizadas pelo sistema produtivo, por meio da **Carne Carbono Neutro (CCN)**.

As principais tecnologias disponíveis para a redução de emissão de GEEs na agropecuária previstas pelo Plano ABC são: a recuperação de pastagens degradadas; os sistemas de integração Lavoura-Pecuária-Floresta (iLPF) e os sistemas agroflorestais; o Sistema Plantio Direto (SPD); a Fixação Biológica de Nitrogênio (FBN); as florestas plantadas; e o tratamento de dejetos animais (ver figura).

Considerando o potencial de mitigação destas tecnologias, teremos que desenvolver um sistema robusto de monitoramento das reduções das emissões, que corresponda às expectativas da sociedade quanto ao enfrentamento das mudanças globais, observando os riscos e as oportunidades que os mercados irão demandar. Riscos relacionados aos novos padrões e regulamentações de produção passíveis de exigências pelos mercados, e oportunidades pelo **carbono sustentável** na adoção das tecnologias que sequestram carbono no solo e na paisagem, proporcionando, ainda, redução de custos e/ou ganhos de produtividade na agropecuária tropical. Ou seja, não basta divulgarmos que buscamos a sustentabilidade; teremos que

CONTRIBUIÇÕES VOLUNTÁRIAS (NAMAs) E NACIONALMENTE DETERMINADA (NDC) DO SETOR AGROPECUÁRIO ATÉ 2030

EXPANSÃO EM ÁREA (MILHÕES DE HECTARES) E POTENCIAL DE MITIGAÇÃO (MILHÕES DE TONELADAS DE CO_2 EQ.)



ter números para comprovar o cumprimento dos compromissos assumidos.

Nesse sentido, observando a necessidade de uma estratégia multi-institucional aceita nos meios rural e ambiental e, no intuito de definir metodologias de monitoramento aceitas internacionalmente, a Plataforma ABC vem articulando colaborações com organizações diversas, a exemplo da Rede de Fomento ILPF, do Laboratório de Processamento de Imagens e Geoprocessamento da Universidade Federal de Goiás (Lapig/UFG), do Centro de Agronegócio da GV (GV Agro), do Núcleo de Estudos Rurais da Universidade Federal de Uberlândia (NERU/UFU), do Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola (Imaflora), do World Wide Fund for Nature (WWF) e do Instituto Brasileiro de Análises (IBRA).

Os estudos coordenados pela Plataforma ABC têm sido realizados de forma a viabilizar o processo de monitoramento, como o caso da redução de emissões gerada pela adoção de iLPF. Em 2015, a partir de dados levantados pela Rede ILPF, a Plataforma ABC estimou a adoção de iLPF no País em 11,5 milhões de hectares, com mitigação de carbono da ordem de 21 milhões de toneladas de CO_2 eq. entre 2010 e 2015, atingindo a meta prevista pelo Plano ABC para 2020. Nas estimativas, o total da redução de emissões pela adoção de tecnologias de baixo carbono foi da ordem de 162,85 milhões de toneladas de CO_2 eq. Ou seja, a meta do Plano ABC para 2020, de 133,9 milhões a 162,9 milhões de toneladas de CO_2 eq., já estaria cumprida em 2015.

Esses números foram apresentados em parte na COP-21 pelo ministro da Agricultura, Blairo Maggi, como exemplo de eficiência produtiva e de sustentabilidade da agropecuária brasileira. Entretanto, são estimativas que necessitam de comprovação para obter credibilidades nacional e internacional por meio de um sistema de monitoramento colaborativo de baixo custo, em face das dimensões e da diversidade ambiental do nosso território. ■

AGROTAG

O AgroTag é a primeira plataforma geoespacial multitarefa da Embrapa e uma das primeiras iniciativas em geotecnologias no mundo para o monitoramento de redução de GEEs. Com o *app*, a Plataforma ABC conduz a estruturação de uma rede colaborativa de monitoramento do uso e da cobertura das terras e dos sistemas produtivos agropecuários e florestais. À medida que o agricultor usa o aplicativo, **contribui para compor uma base de dados de situações-chave para a agricultura brasileira, como, por exemplo, a adoção de tecnologias de baixo carbono**. Com uma base de dados que inclui imagens de satélite e informações estratégicas em nível nacional, uma das possibilidades inéditas disponíveis no AgroTag é o acesso aos dados do CAR, de forma que o agricultor poderá consultá-los em campo, cumprindo a missão de transparência e facilidade de uso destes dados.

No módulo atual do *app* (com apoio da Rede ILPF, da Embrapa Informática Agropecuária e do Instituto Eldorado), a comunidade técnica terá informações da localização e da quantificação em área dos sistemas iLPF, da qualidade dos projetos implantados e das estratégias de implantação mais adequadas para cada região do País, tendo impacto direto na orientação de políticas públicas e auxiliando na comprovação das metas assumidas para além de 2020.

1 Pesquisador da Embrapa Meio Ambiente e responsável técnico pela Plataforma ABC

2 Pesquisadora da Embrapa Meio Ambiente e da Plataforma ABC

3 Pesquisador da Embrapa Meio Ambiente e da Plataforma ABC

4 Pesquisadora colaboradora da Plataforma ABC

5 Professor do Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia (IERIUFU) e pesquisador do NERU/UFU e da Plataforma ABC



SHUTTERSTOCK

SUPLEMENTO MINERAL

Ano difícil, mas venda e faturamento crescem

ASBRAM
Associação Brasileira das Indústrias de Suplementos Minerais

A turbulência na política e na economia nacionais afetou os negócios em 2017, particularmente na pecuária. Em primeiro lugar, com a baixa nos embarques de carne bovina no segundo trimestre, em decorrência da operação Carne Fraca, desencadeada pela Polícia Federal. Em segundo lugar, pelo retraimento das atividades, com a delação de executivos da JBS, empresa líder em abates, acarretando a suspensão temporária das aquisições de boi.

Os empresários da pecuária tiveram dificuldades, com desdobramentos negativos para a indústria de suplemento mineral. A partir do terceiro trimestre, as exportações ganharam impulso. Com isso, as quantidades e os faturamentos do setor conseguiram um tênue avanço. As associadas da Associação Brasileira das Indústrias de Suplementos Minerais (ASBRAM) representam 67% das vendas do setor.

VENDAS E ANIMAIS SUPLEMENTADOS

ANO	ASBRAM*		BRASIL	
	MIL TONELADAS	MIL CABEÇAS**	MIL TONELADAS	MIL CABEÇAS**
2016	1.936	52.950	2.890	79.030
2017	1.999	56.370	2.984	84.134

* Associados; ** Animais suplementados
Fonte: ASBRAM

Troca de comando na ASBRAM



Ademar Leal

Presidente da gestão 2018-2019

Executivo da empresa Campo Rações e Minerais, com sede em Acreúna, no estado de Goiás, planeja um programa de visitas e contatos junto aos governos, às mídias, às entidades coirmãs e às instituições de ensino, pesquisa e extensão. Pretende traçar uma linha de trabalho em comunhão com o pensamento da Diretoria e aberta a sugestões das empresas associadas. De pronto, coloca para a ASBRAM três pilares básicos: informação, conhecimento e *networking*.

Fazem parte, também, do trabalho o aprimoramento do painel de informações e o lançamento de uma campanha de estímulo e emprego adequado dos suplementos minerais. Existe um mercado com potencial enorme para expansão. A resposta em termos de produtividade e rentabilidade é muito favorável. A luta a favor da isenção do PIS/COFINS, apesar da precária situação fiscal do Governo, será mantida com todo vigor.

Prestação de contas



Nelson Lopes

Presidente da gestão 2016-2017

Foram uma honra e uma satisfação presidir a ASBRAM. Elevamos o caixa de R$ 472 mil para R$ 799 mil, enquanto o quadro associativo passou de 64 empresas para 70. Em nossas reuniões, o número médio de participantes cresceu de 20 para 50. Fizemos uma grande divulgação da ASBRAM por meio da nossa participação na Câmara Temática de Insumos Agropecuários (CTIA) do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), do Grupo de Trabalho da Pecuária Sustentável (GTPS), das mídias faladas e escritas e das redes sociais.

Apoiamos eventos da Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG), da Associação Nacional para Difusão de Adubos (ANDA), da Associação Brasileira das Indústrias de Tecnologia em Nutrição Vegetal (ABISOLO) e da Scot Consultoria, o Beef Summit e o Beef World, entre outros.

Promovemos uma pesquisa sobre o mercado brasileiro, com 4.236 ligações telefônicas, entrevistando 932 das 1.035 unidades produtoras autorizadas a atuar no segmento pelo Serviço de Inspeção Federal (SIF), o correspondente a 90% do cadastro mantido pelo MAPA.

FLASH DO 10º SIMPÓSIO

Pecuária do futuro

Transformação produtiva e sustentabilidade: onde estão as oportunidades?

Sucesso de público e conteúdo, o evento contou com a participação de 350 pessoas. Foi o maior número registrado de pessoas participantes e de empresas associadas presentes.

Na abertura, o economista Ricardo Amorim comentou sobre a economia mundial pós-crise de 2008 e a expansão da agropecuária nacional, com referência à importância da agregação de valor. O

crescimento quantitativo da população e da sua renda *per capita* significa oportunidade. A ordem é pensar na inovação.

Evaristo Miranda, chefe-geral da Embrapa Monitoramento por Satélite, palestrou sobre o tema "Sustentabilidade, Limites & Princípios de Humanidade". A apresentação discorreu sobre a **sustentabilidade da agropecuária**, com ênfase **na atribuição, na ocupação e no uso da terra no Brasil**. Foram mostradas, também, a pecuária praticada nos biomas do País e a tendência de intensificação com a integração **lavoura-pecuária-floresta**.

A seguir, tem-se uma síntese das demais apresentações, com destaque para a homenagem prestada ao professor Moacyr Corsi.



John Ikerd

Professor emérito de Economia Agrícola e Aplicada na Universidade de Missouri, nos EUA

Temos a visão de produção com sistemas alimentares locais e comunitários. As relações de confiança entre as pessoas e o compromisso com as questões ecológica e social serão as bases de sua sustentação. Existem muitas criações nesse novo modelo. Isso fará a diferença no futuro.

Os valores sociais e éticos das relações humanas aumentam. Somos seres materiais, precisamos da economia, mas também de um sentido de propósito. A agricultura sustentável não é apenas combustível para o corpo, mas comida para a alma.

Processo circular, a produção sustentável de carne utiliza plantas verdes para fornecer energia coletada do sol ao gado. No solo, a matéria orgânica enriquece a quantidade de carbono e aumenta a capacidade de retenção de água, enquanto as forragens de alta proteína reduzem as emissões de metano.

Na agricultura industrial, com processo de produção linear, há uso de insumos e recursos naturais, inclusive os esgotados. A produção de resíduos é superior à capacidade de absorção das plantas, com poluições química e biológica do ar e da água.

Os problemas com a "intensificação" da agricultura animal gerarão oportunidades para os produtores sustentáveis de carne bovina. O Brasil provavelmente possui uma vantagem comparativa nisso. O compromisso com a segurança alimentar doméstica aumentará o apoio público à sustentabilidade.

E a comunicação da cadeia produtiva, como está?



Silvana Destro

Repórter do jornal Meio & Mensagem e atuante na DFpress Comunicação Corporativa Ltda.

O Brasil é uma das potências mundiais em *agribusiness*. Mas, se perguntarmos qual setor mantém a nossa economia, a resposta seria um ponto de interrogação. Fizemos esta pergunta para cinquenta pessoas: 38 não souberam responder.

Apesar de termos uma grande produção agropecuária, os públicos consumidores brasileiro e estrangeiro de nossos produtos não sabem. Por que a Colômbia, por exemplo, principal produtor de cafés especiais do mundo, vende mais caro do que o Brasil? A sua Federação Nacional de Cafeicultores (FNC) bancou uma campanha publicitária nos mercados dos Estados Unidos e do Canadá denominada "The Bean Bang Theory". Para isso, fez uma pesquisa sobre as percepções e as tendências de consumo de café nestes mercados.

Qual é o produto brasileiro com iniciativa semelhante? Um dos casos é o do vinho. A laranja

faz um trabalho nessa linha. Novas iniciativas, ainda modestas, estão surgindo. Existe um *website* sobre grãos especiais de cafés com a proposta de valorizar a cadeia, dirigido ao público estrangeiro, em três idiomas.

As crises, na maioria dos setores, passam pela comunicação. Podemos citar a Carne Fraca. E se a sociedade soubesse da história... da qualidade e do sabor desse produto? Vejam como a França foi alçada ao posto de meca dos queijos no mundo.

Uma viagem ao *marketing* do futuro



Amauri Cavalheiro

Engenheiro agrônomo, ex-diretor da Merial e Rhône Mérieux e atuante na Estratégia em Ação Empresarial

Até 1925, na era da produção, o foco da filosofia dos negócios estava na eficiência da fabricação. Até a metade do século passado, as vendas eram baseadas em técnicas ingênuas. Depois, até a década de 1980, veio o *marketing* e a fidelização do cliente. A partir de 2000, chegamos ao *marketing* societal, voltado para os valores.

A administração passa a ser uma tarefa de controle de tempo, dinheiro, materiais e pessoas. A contribuição da liderança visa ao desenvolvimento de pessoas e instituições. As características de um líder são: honestidade, prospecção, competência e inspiração.

A conectividade dita os modelos de negócios. As recomendações estratégicas em ação envolvem interatividade entre as marcas em termos de perguntar, receber, ouvir e compartilhar. Do quadro de funcionários, devem ser extraídos o melhor de cada geração e o entendimento dos estilos de trabalho.

A comunicação do agronegócio precisa modernizar-se e mostrar a sua face tecnológica. Para o diretor de Marketing da TV Globo, Roberto Schmidt, o objetivo da campanha "Agro: a Indústria-Riqueza do Brasil" é conectar o consumidor com o produtor rural e, ao mesmo tempo, desmistificar a produção agrícola aos olhos da sociedade urbana. ■

PRÊMIO EXCELÊNCIA

PROFESSOR MOACYR CORSI



De 1968 até 1970, fez Mestrado em Agronomia na Ohio State University e, em 1972, o Doutorado em Ciência Animal e Pastagem na Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" da Universidade de São Paulo (Esalq/USP). Professor da Esalq desde 1971, percebeu a necessidade de transferir o conhecimento da universidade para o pecuarista de uma maneira rápida e eficiente.

Foi um dos principais responsáveis pela implantação de dois centros de estágio e transferência de conhecimento: o Clube de Práticas Zootécnicas (CPZ) e o Centro de Treinamento do Departamento de Zootecnia (CTZ).



ASBRAM: GESTÃO 2018-2019

DIRETORIA

Presidente: Ademar Leal – Campo Rações e Minerais
Vice-presidente: Daniel Moreira Arruda Guidolin – Premix
Diretor primeiro tesoureiro: Juliano Sabella Acedo – DSM Tortuga
Diretor segundo tesoureiro: José Luiz Bianchi – CONNAN
Diretor primeiro secretário: Ledoir Cordeiro – Laboratório Prado
Diretor segundo secretário: João Pessoa de Andrade – Minerthal
Diretora vice-presidente executiva: Elizabeth Chagas

CONSELHO FISCAL

TITULARES

Marcelo de Carvalho Dias – Cia do Sal
Luiz Henrique Dantas Carrijo – Integral
Rodrigo Ribeiro Rocha – Comigo

SUPLENTES

Olavo Passos Pinto Coelho Filho – Bov
Leonardo Cerise Junior – Matsuda Minas
Arlete Albuquerque Adames – Adames

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

TITULARES

Nelson de Souza Lopes – Vaccinar
Ademar Leal – Campo Rações e Minerais
Daniel Moreira Arruda Guidolin – Premix
Fernando Cardoso Filho – CONNAN
Sergio Morgulis – Minerthal
Ledoir Cordeiro – Laboratório Prado
Jorge Matsuda – Matsuda
Lauriston Bertelli Fernandes – Premix
Marcio Alves Roberto – Zoomix
Rodrigo Miguel – Neovia

SUPLENTES

Leonardo Matsuda – Matsuda
Fernando Cardoso Neto – CONNAN
Denise Gregori – MCassab
Rodrigo Ontiveros – Rico
Osvaldo Kunio Matsuda – Camda
Paulo Cesar Feliciani – Supremax

ADRIANO BRITO E TONY OLIVEIRA



FINANCIAMENTO PARA O AGRONEGÓCIO

DESAFIOS E ALTERNATIVAS PARA GARANTIR O CRESCIMENTO DO SETOR

SENAR CNA Brasil INSTITUTO CNA
Compromisso com o Brasil

A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) realizou o Seminário Agro em Questão – Financiamento para o Agronegócio: desafios e alternativas para garantir o crescimento do setor, na sede da entidade, em Brasília. Os impactos da restrição fiscal sobre a política de crédito rural levam à necessidade de pulverização das fontes de financiamento e a criação de alternativas para a maior inclusão financeira dos produtores rurais.

JOÃO MARTINS DA SILVA JUNIOR
Presidente do Sistema CNA

Devido à grande defasagem entre dispêndios e receitas, o setor rural é forte demandante de crédito. Este instrumento permite a incorporação continuada e o uso intensivo de tecnologias, com maiores sustentabilidade e capacidade produtiva para a atividade.

O acesso ao crédito rural é dificultado pela maior seletividade das instituições financeiras e por barreiras institucionais, de gestão, financeiras e de acesso à informação. Isso traz desafios para os produtores, as associações, as cooperativas e os demais agentes do agronegócio. A manutenção dos resultados da agropecuária e os seus efeitos sobre o crescimento econômico do País estão em risco.

PAINEL 1: PANORAMA DO FINANCIAMENTO PARA O AGRONEGÓCIO – VISÃO DO PRODUTOR



JOSÉ MÁRIO SCHREINER

Vice-presidente da CNA e presidente da Federação da Agricultura e Pecuária de Goiás (Faeg) e da Comissão Nacional de Política Agrícola da CNA

Para atender a demanda mundial de alimentos de uma população crescente, o Brasil precisa aumentar a sua produção e a sua produtividade. O País precisa aprimorar a gestão de riscos e o uso do mercado de capitais na agropecuária, com eficiência para os poucos recursos orçamentários disponíveis. Na safra 2016/17, 31% do financiamento da agropecuária tiveram como fonte as instituições financeiras, enquanto os recursos próprios dos produtores representaram 39%. Cada vez mais, o orçamento é direcionado às atividades-meio, e não às atividades-fim da política agrícola. No orçamento de 2018, foram reduzidos tanto os recursos para equalização da taxa de juros do crédito rural (48,4%) como para os programas de gestão de riscos (25,6%).

MÁRCIO LOPES DE FREITAS

Presidente do Sistema da Organização das Cooperativas do Brasil (Sistema OCB)

Apesar da necessidade de ajustes no modelo de financiamento do agronegócio brasileiro, devemos muito ao crédito rural, além da pesquisa, do uso de tecnologia e do empreendedorismo dos produtores rurais. O movimento cooperativista reconhece o papel dessa ferramenta para a agropecuária brasileira chegar até aqui.



ADRIANO BRITO E TONY OLIVEIRA

Na migração para um novo modelo, o produtor necessita de segurança. Daí a importância de termos uma política de seguro rural eficaz. Devemos compreender melhor os fluxos e as contribuições do agro para a economia. Desnaturar uma arquitetura consolidada de política agrícola, via crédito rural, com a sua contribuição histórica, seria um grande equívoco. É nítido o efeito de substituição das fontes oficiais por *barters*, Cédulas do Produtor Rural (CPRs) de gaveta e outros adiantamentos, cujo custo médio situa-se em torno de 20% ao ano, bem acima do custo suportável pelo setor.

ALEXANDRE MENDONÇA DE BARROS

Sócio consultor da MB Agro

O crescimento da produtividade e da produção está correlacionado à disponibilidade do crédito rural para a modernização e a expansão do setor. Se a política reformista seguir adiante, mantendo a quebra da inércia inflacionária, a economia deverá crescer sem pressão sobre os preços. Vital para todos os setores, isso permitirá a manutenção da taxa de juros em níveis historicamente baixos. A equalização da taxa de juros será direcionada para linhas mais específicas. A vantagem tributária nos títulos é fundamental para o desenvolvimento do mercado de capitais, porém os investidores querem conhecer o balanço, os resultados e a consistência da empresa na qual estão investindo.

PAINEL 2: VISÃO DO GOVERNO SOBRE O FINANCIAMENTO PARA O AGRONEGÓCIO

BLAIRO MAGGI

Ministro do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)

O arrocho econômico do Brasil traz consequências para a agropecuária. A sociedade brasileira precisa reconhecer a contribuição deste setor para a estabilização da economia brasileira. Na conformação do Plano Safra 2018/2019, o MAPA fará extensa discussão com os produtores rurais de todo o País, para identificar as suas necessidades mais prementes. Precisamos saber as prioridades do setor para nos comunicarmos com as instituições governamentais envolvidas. As tecnologias são indispensáveis para aumentar a produtividade. Como o seguro de renda é a chave para atrair investimentos, liderado pelo ex-ministro da Agricultura Alysson Paolinelli, temos um Grupo de Trabalho (GT) para analisar essa política.

TEREZA CRISTINA

Deputada federal (DEM/MS) e presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA)

O seguro rural será assunto prioritário na gestão da FPA. O orçamento cada vez mais engessado coloca em xeque a continuidade da política de crédito rural. Na FPA, procuramos antecipar os problemas, como a disponibilidade e o acesso ao crédito. Em 2017, elaboramos uma Medida Provisória sobre o Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA) em moeda estrangeira. Isso não avançou, pois algumas instituições no Governo entendem que o imposto de renda deve incidir sobre a variação cambial, além da remuneração do título. Esse mecanismo é importante para o financiamento dos grandes produtores, mas abre espaço orçamentário para a política de crédito rural voltar-se aos médios e aos pequenos.



ADRIANO BRITO E TONY OLIVEIRA

ANA PAULA VESCOVI

Secretária da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda (STN/MF)

Há várias fontes de financiamento no Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), nem todas sujeitas à equalização da taxa de juros, realizada pelo Tesouro Nacional. Não se deve confundir o volume de recursos disponíveis para o financiamento do setor agropecuário com o custo de equalização para o Tesouro Nacional. Há grande espaço para ganhar eficiência nas políticas agropecuárias, como a melhoria e a integração dos programas de seguro rural, por exemplo. É preciso otimizar o gasto público. O Governo está em vias de permitir a antecipação dos pagamentos do Programa Especial de Saneamento de Ativos (PESA), importante para o setor agropecuário porque viabilizará a liquidação desses débitos com a liberação das garantias.



PAULO RABELLO DE CASTRO

Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)

Preparamo-nos para buscar fontes externas de investimento, em países com excesso de poupança. Elaboramos o planejamento estratégico até 2035, com projeções setoriais. O nosso objetivo é tornar o Brasil um país desenvolvido até 2035. Com evolução extraordinária, a participação do agronegócio na carteira de clientes do BNDES é crescente. Este é o banco das taxas normais e das taxas não subsidiadas. Os clientes pagam também o *spread*, que gera o imposto de renda, e os dividendos retornam aos cofres públicos. Os agentes financeiros privados devem aproximar-se do setor. Temos de estabelecer o seguro de forma expansiva e simplificar as linhas de crédito para a agropecuária. O grande desafio é fazer o Brasil ser simples, veraz e eficiente.

PAINEL 3: FONTES DE MERCADO PARA O FINANCIAMENTO DO AGRONEGÓCIO

MOACIR TEIXEIRA

Sócio fundador da Ecoagro

O dólar é o *hedge* natural da atividade produtiva. O produtor rural precisa se proteger, mas inexistem mecanismos no mercado local, apesar da avidez dos mercados de capitais de renda fixa americano, asiático e europeu. Para o CRA, propomos a isenção tributária sobre a variação cambial, de modo que o investidor estrangeiro não saia do País com menos recurso do que o aplicado no setor. Com a elevação da oferta de crédito, o produtor rural poderá optar pela operação de menor custo. O dinheiro de longo prazo é imprescindível para o planejamento dos produtores e das cooperativas agropecuárias.

CARLOS AGUIAR

Diretor de Agronegócios do Banco Santander

O financiamento para o agronegócio supera o estoque de R$ 270 bilhões em empréstimos do sistema bancário. Este valor não considera o repasse dos outros agentes das cadeias agroindustriais tomadores de recursos bancários para ofertar aos produtores rurais. Como a precificação do crédito rural não considera o nível de risco de crédito dos clientes, há concentração naqueles de menor risco e falta de recursos para quem precisa. Com a Selic abaixo da taxa de juros do crédito rural, quem não precisa deixa de fazer crédito rural e sobram mais recursos para quem precisa. As taxas subsidiadas devem permanecer somente para programas como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e o Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (PRONAMP), enquanto parte dos recursos alocados em equalização da taxa de juros deve ser utilizada em políticas de garantia de preço, *hedge* e seguro rural.

ADRIANO BRITO E TONY OLIVEIRA



THATYANNE GASPAROTTO

Gestora de Relacionamento no Brasil da Climate Bonds Initiative (CBI)

A CBI é uma organização internacional apoiadora e fomentadora do desenvolvimento de mercados de capitais de longo prazo para acelerar a transição da economia global de baixo carbono por meio de instrumentos financeiros "verdes". Desde 2015, a CBI atua no Brasil em três frentes: nas operações de títulos "verdes"; na congregação de entidades definidoras dos requisitos dos projetos elegíveis como "verdes"; e no acompanhamento de dados e na elaboração de publicações. Três setores foram identificados com maior potencial de investimentos no País: energia, agropecuária e infraestrutura.

CARLOS EDUARDO RATTO PEREIRA

Diretor executivo da B3

Embora o setor agropecuário seja extremamente atraente do ponto de vista do investidor, ainda há dependência dos mecanismos tradicionais de financiamento. Desde 2013, o estoque de CRA cresceu muito, tendo alcançado R$ 30,1 bilhões em janeiro deste ano. Porém, comparativamente a outros instrumentos do mercado de capitais, como debêntures e ações, o mercado de CRA ainda é incipiente, com corporações ligadas ao agronegócio, e não diretamente ao produtor rural. Do lado do investidor, é necessário melhorar o nível de transparência do risco de cada produtor, modernizar os títulos (os investidores não têm interesse em títulos físicos), promover a certificação digital com endosso eletrônico e desenvolver mais produtos para os diversos públicos, como o CRA em dólar.

COMENTÁRIOS FINAIS

FERNANDA SCHWANTES

Assessora técnica da Comissão Nacional de Política Agrícola da CNA

De 2013 a 2017, quase 1 milhão de contratos deixaram de ser firmados em crédito rural nas instituições financeiras. Isso tem ocorrido devido à maior seletividade das instituições financeiras (exigência de reciprocidade), à concentração de mercado entre os ofertantes de crédito e à variabilidade da disponibilidade de recursos das fontes tradicionais (depósitos à vista e Poupança Rural).

O mercado de capitais tem se tornado uma fonte cada vez mais importante para o financiamento da agropecuária nacional, de forma complementar às fontes tradicionais. Já existe uma gama de títulos que permitem à agropecuária se financiar com os fundos de investimento, por exemplo. Precisamos melhorar o conhecimento dos investidores potenciais sobre o agronegócio e dos agentes do agronegócio sobre o funcionamento do mercado de capitais, visando alavancar este mercado como alternativa de financiamento para o setor. Mais opções de financiamento elevam a competitividade entre os ofertantes de crédito, o que impacta diretamente sobre o custo das operações.

Entre os encaminhamentos do Seminário, podemos destacar a necessidade de definição de uma política agrícola de médio e longo prazos, que possibilite o planejamento dos produtores rurais, a coordenação entre programas de políticas públicas, visando à otimização dos gastos com o setor e à previsibilidade orçamentária em atividades-fim da política agrícola, como o crédito e o seguro rurais. Os planos de governo para o setor agropecuário devem objetivar a manutenção dos resultados positivos do setor e a garantia de renda ao produtor. Para tanto, a evolução sistemática do mercado de capitais e dos programas de seguro rural e garantia de preços é fundamental. ■

SHUTTERSTOCK



CACAUICULTURA

SUPERAR CRISE E RETOMAR CRESCIMENTO

Com data celebrada nacionalmente em 26 de março, o cacau, matéria-prima do chocolate, é um fruto que marca a história do Brasil. Conhecido como "fruto de ouro" ou "fruto dos deuses", o cacaueiro encontrou as melhores condições de solo e clima para expandir-se do bioma amazônico para o sul da Bahia. Nesta região, as fazendas com lavouras da árvore alcançaram uma importante participação na economia nacional, chegando, na década de 1970, a representar 10% das exportações brasileiras à época.

A partir de 1989, a praga da vassoura-de-bruxa causou uma profunda devastação na produção de cacau. Os impactos sociais, econômicos e ambientais foram devastadores para a região sul da Bahia. Entre 1990 e 2000, a produção do fruto teve uma profunda queda, de 356 mil para 98 mil toneladas, afetada, ainda, por baixos preços no mercado internacional e condições climáticas desfavoráveis. O Brasil caiu para o sexto posto entre os países mundiais exportadores do produto, não conseguindo sequer produzir para a sua autossuficiência.

Com a contribuição da pesquisa, a tecnologia foi desenvolvida com variedades tolerantes ao fungo. Com isso, a resposta da pesquisa e da assistência técnica veio em termos de aumento da produção, que passou de 170 mil para 291 mil toneladas entre 2003 e 2014.

Em 2015, depois de ficar afastada por mais de vinte anos do mercado mundial em razão da incidência da doença da vassoura-de-bruxa nas lavouras da fruta, o ânimo volta para os agricultores baianos, com a exportação de 6,6 mil toneladas de amêndoas de cacau, avaliadas em R$ 15 milhões. A produção brasileira, em tal ano, apresentou o segundo melhor desempenho desde 1994, só superado pela quantidade registrada em 2012.

QUEBRA NA SAFRA BAIANA

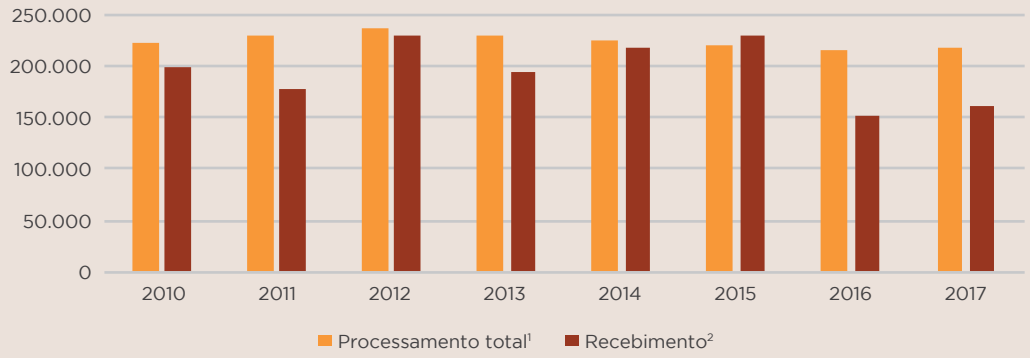
Ao contrário das estimativas iniciais, a produção nacional de cacau no Brasil teve drástica redução em 2016. Foi a mais baixa colheita desde 2005. Este balanço decorreu das longas estiagens ocorridas principalmente na Bahia, o maior produtor do fruto no País. Como muitas plantas morreram, o impacto persistirá nos próximos anos. A seca no estado do Pará foi outro fator negativo do ponto de vista conjuntural.

Em 1958, as safras de cacau no estado da Bahia foram divididas: a chamada "temporã", cuja colheita vai de maio a setembro; e a principal, de outubro a abril. Em 2017, a safra temporã foi a segunda pior produção de cacau da história, com a colheita de 36.876 toneladas. Em 2016, foram 43.374 toneladas. A redução já era esperada pelos produtores, pois a estiagem tem afetado a lavoura desde setembro de 2015, quando, na temporã, foram colhidas 94.836 toneladas. Um triênio de queda dramática.

Nessa situação, a quantidade disponível da matéria-prima no mercado interno não foi o suficiente para abastecer a indústria chocolateira, cuja capacidade de produção é de 275 mil toneladas. A saída encontrada foi recorrer às importações de cacau para não haver demissões de trabalhadores e fechamentos de empresas. Além disso, como o setor deixaria de cumprir os seus contratos de exportação, perderia participação no mercado internacional, com repercussões negativas no futuro.

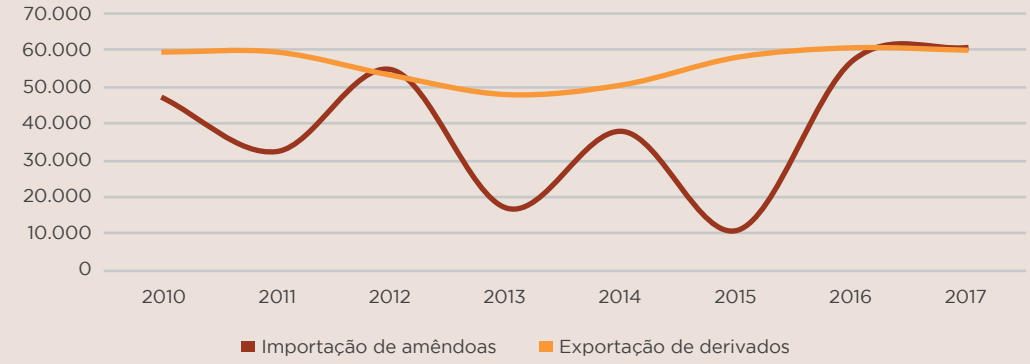
Segundo a Associação Nacional das Indústrias Processadoras de Cacau (AIPC), a quantidade processada do fruto pelas indústrias caiu para 216 mil toneladas em 2016. A taxa de redução atingiu 34% em

BRASIL: PROCESSAMENTO DE DERIVADOS E RECEBIMENTO DE CACAU NACIONAL (EM TONELADAS)



Fonte: 1 AIPC; 2 COMCAUBA

BRASIL: IMPORTAÇÃO DE AMÊNDOAS DE CACAU E EXPORTAÇÃO DE DERIVADOS (EM TONELADAS)



Fonte: AIPC

IMPORTAÇÕES E CONTROLE DE PRAGAS

O fornecimento da amêndoa de cacau para a indústria brasileira é feito por Gana, segundo maior produtor mundial. Este é o único país com autorização do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) para realizar esse tipo de operação. A Costa do Marfim, apesar de ser o primeiro produtor do mundo, possui autorização legal, de acordo com a Instrução Normativa (IN) nº 47/01, porém sofre restrições há mais de seis anos. Existe um esforço empreendido pela Câmara Setorial de cacau para revisar as normas e tornar o processo de importação ainda mais seguro. O MAPA tem apoiado esta revisão, e a reabertura só acontecerá quando todos os requisitos de segurança forem cumpridos.

comparação a 2015. Uma combinação negativa de recessão econômica, pressão de baixa no consumo, quebra na produção e falta de matéria. Isso fez o resultado desabar para números registrados em 2012, quando o esmagamento somou 236 mil toneladas.

Com o desastre da queda de produção em 2016, a indústria processadora aumentou a importação de cacau para 57 mil toneladas, diante de uma redução na oferta local de 77 mil toneladas. Esses números praticamente repetiram-se em 2017. Para 2018, há expectativa de uma melhora na safra e uma consequente redução das importações. Assim mesmo, os números ficarão acima dos níveis importados em 2015, de 11 mil toneladas.

REUNIÃO DA FUNDAÇÃO MUNDIAL DO CACAU NO BRASIL

A 17ª reunião da World Cocoa Foundation (WCF) acontecerá no Brasil; será realizada em São Paulo, nos dias 22 e 23 de outubro deste ano. Pela primeira vez na história, teremos o encontro na América Latina, e a proposta do evento será definir ações voltadas às parcerias públicas e privadas com vistas à sustentabilidade do setor cacaueiro internacional.

A WCF é uma associação que reúne mais de cem membros do mercado de cacau no mundo e anualmente organiza o Partership Meeting, com alternância entre um país produtor e outro consumidor. Participam representantes dos governos dos países produtores e consumidores de cacau, indústrias, organizações das sociedades civis e instituições doadoras, entre outros. É um dos maiores eventos do setor e trará muitas oportunidades.

"O Brasil é um dos únicos países do mundo a reunir a cadeia produtiva de cacau em um único território, além de ser referência em muitas cadeias produtivas do agronegócio. Será uma oportunidade para o País apresentar todo o seu potencial no setor cacaueiro. Também possui instituições de renome internacional, como a Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC)", disse o consultor da WCF no Brasil, Pedro Ronca.

A presença de líderes em sustentabilidade de todo o mundo para discutir os recentes desenvolvimentos e as melhores práticas ajudará a colocar o Brasil de volta no mapa mundial do cacau, segundo Ronca. "A WCF acompanha e vê com bons olhos o processo de modernização na CEPLAC. Com a reformulação, espera-se ganho de agilidade, eficiência e disponibilização de soluções para o setor" completa.

SHUTTERSTOCK



INÍCIO DE UM CÍRCULO VIRTUOSO



EDUARDO BASTOS
Diretor executivo da AIPC

Estamos na expectativa de que a quantidade recebida de cacau pelas empresas terá incremento de 10%. Se este cenário ocorrer de fato, a entrega de matéria-prima produzida no Brasil para processamento subirá de 162 mil para 180 mil toneladas de 2017 para 2018. Se essa hipótese se concretizar, a necessidade de importações deverá cair, havendo diminuição de cerca de 60 mil para 40 mil toneladas.

Apesar de mais cautelosos, os processadores de cacau projetam, também, uma elevação na moagem para este ano, mas de menor tamanho, próxima de 1%, com a marca de 220 mil toneladas, contra 218 mil em 2017.

Com o País em crescimento e a inflação sob controle, o ambiente econômico dos negócios fica mais positivo, seja do lado da produção, seja do do consumo. A renda possui uma relação direta com a demanda; as duas variam na mesma direção. Isso é válido para todos os produtos. Estamos em um exercício eleitoral, e o desdobramento político deste evento sempre impacta a economia.

Depois de uma sequência de safras castigadas por estiagens, prevemos melhora da produção do fruto neste ano. Estamos no início de um círculo virtuoso, com mudanças e retomada da cadeia produtiva. A previsão de aumento no Produto Interno Bruto (PIB) do País significa o fortalecimento do consumo interno e, também, das exportações do produto.

Junto com a crise hídrica, para prejudicar ainda mais a situação, somou-se a recessão econômica, uma das piores na história nacional. A indústria de derivados enfrentou a elevação de custo devido a uma maior necessidade de realizar importação. Com regime pluviométrico melhor, a produção do campo deve se recuperar. Com isso, a previsão é de que, em 2018, a entrada do insumo importado no País caia aproximadamente 35% e a moagem chegue a 220 mil toneladas. Os números, portanto, são de melhoria.

Na verdade, o déficit de matéria-prima existente no Brasil não interessa para a indústria processadora. A importação eleva custos, gera incertezas e implica o afretamento de navios para somente este tipo de carga, além de ser um processo muito mais burocrático. Como a moagem interna traz liquidez para o mercado de cacau brasileiro, o potencial nacional é enorme.

Vários movimentos iniciados em 2017 começam a dar frutos, como o apoio do Governo aos projetos de expansão da lavoura cacaueira. O Ministério da Integração (MI) ajudou na criação de linhas especiais de fomento ao restauro de áreas degradadas com sistemas agroflorestais.

Na esfera de acordos internacionais, tivemos a assinatura do acordo de cooperação entre o Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF) e o Banco da Amazônia/Banco do Nordeste (Basa/BNB), para a liberação de *green bonds*. Esta operação será a primeira do tipo no mundo e nasceu do esforço de um Grupo de Trabalho (GT) sobre cacau e chocolate liderado pelo Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC) e que conta com a participação de vários membros da cadeia produtiva (AIPC, ABICAB, FAEB, MMA e Apex-Brasil).

Existe o esforço do MAPA em redesenhar a CEPLAC como referência mundial em pesquisa e extensão. Em pouco tempo, teremos mais crédito disponível ao produtor, mais políticas de fomento e um mercado ainda mais comprador.

Teremos, ainda neste ano, o Congresso Mundial do Cacau, em Berlim, na Alemanha, organizado pela Organização Internacional do Cacau (ICCO). Depois de anos sem participar, o Brasil contará com uma delegação. Para terminar, damos destaque especial para a 17ª reunião da World Cocoa Foundation (WCF), a ser realizada no Brasil. Será um momento ótimo para encontrar novas lideranças dos setores governamental e privado. ■

AMEAÇAS FITOSSANITÁRIAS

CIÊNCIA EM PROL DA ALIMENTAÇÃO MUNDIAL

MÁRIO VON ZUBEN

Engenheiro agrônomo pela Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" da Universidade de São Paulo (Esalq/USP), pós-graduado em Gestão Estratégica de Negócios pela Universidade de Calgary, no Canadá, e diretor executivo da Associação Nacional de Defesa Vegetal (Andef)

NAS ÚLTIMAS décadas, a globalização fez com que o agronegócio em todo o mundo entrasse em um permanente estado de alerta. No Brasil, não é diferente. Uma das atividades mais pujantes do País vem sofrendo, safra após safra, com perdas relacionadas a novas pragas nas lavouras. São prejuízos bilionários, que impactam o produtor rural e podem até prejudicar o fornecimento de alimentos no País.

O cenário é preocupante e exige cuidados redobrados com a segurança das nossas fronteiras. Para garantir a defesa agropecuária brasileira, é preciso investir em políticas efetivas de combate à entrada de pragas exóticas, um trabalho preventivo de fiscalização em portos, aeroportos e fronteiras secas – um desafio de proporções continentais, mas que precisa ser encarado de frente.

Uma vez em território nacional, as pragas exóticas atacam as plantações sem serem incomodadas, já que muitos organismos não encontram predadores no Brasil. Neste caso, a única alternativa é o tratamento das lavouras com defensivos agrícolas. O problema é quando os produtos necessários não estão registrados no País.

Sendo assim, é preciso garantir maior agilidade na aprovação de novas tecnologias, já que as pragas não esperam os burocráticos processos regulatórios vigentes no Brasil. Em um agronegócio moderno e profissionalizado, que gera bilhões de dólares em divisas ao País todos os anos, é preciso unir agilidade e rigor científico.

Os defensivos agrícolas são parte importante de um pacote tecnológico que ajudou a transformar a agricultura brasileira nas últimas décadas. Graças à tecnologia aplicada nas nossas lavouras, conseguimos ampliar a produção de alimentos sem expandir a área plantada. Para os próximos anos, o desafio é produzir ainda mais, com tecnologia e sustentabilidade, para alimentar um planeta com 9 bilhões de habitantes.

De acordo com especialistas, existem, atualmente, ao menos 150 pragas invasoras com potencial para atacar lavouras em algum ponto do Brasil. Não há, portanto, nenhuma dúvida em relação à importância de uma política de defesa agropecuária forte e eficiente, capaz de proteger o maior patrimônio do País. Não seria exagero dizer que se trata de uma questão de segurança nacional.

Nos últimos quarenta anos, o Brasil passou de importador a grande produtor mundial de alimentos. Nesse mesmo período, as empresas associadas à Andef desenvolveram inúmeros produtos fundamentais para o crescimento do agronegócio brasileiro. E, nesses mesmos laboratórios, neste momento, estão sendo pesquisadas as novas tecnologias que, ao protegerem as lavouras do ataque de pragas, doenças e ervas daninhas, farão com que o Brasil aumente ainda mais a sua produção nos próximos anos.

É importante lembrar que os defensivos agrícolas registrados no Brasil são totalmente seguros – tanto para o agricultor, quanto para o consumidor final – quando utilizados de acordo com as recomendações técnicas. Esta garantia é dada pelo governo federal, por meio dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), do Meio Ambiente (MMA) – via Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) – e da Saúde (MS) – via Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) –, que avaliam de forma criteriosa um novo produto antes de liberar a sua comercialização. ■

DIÁRIO DE BORDO

NASA, ABC E AGROENERGIA

ROBERTO RODRIGUES

Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV (GV Agro), embaixador especial da FAO para as Cooperativas e presidente do LIDE Agronegócios

RECENTE ESTUDO da Agência Espacial Norte-Americana (NASA) corroborou um trabalho publicado pela Embrapa Territorial no final do ano passado, mostrando que apenas 7,6% do território brasileiro são ocupados por lavouras (o estudo da Embrapa fala de 7,8%, mais até do que diz a NASA). No mesmo trabalho, a Embrapa aponta que temos ainda 66,3% do nosso território cobertos por vegetação nativa (a Amazônia tem 83% do seu território preservado e o Cerrado, 52%).

Essa condição excepcional de país conservacionista traz de novo à baila o tema da agricultura de baixa emissão de carbono – o Plano ABC lançado pelo Ministério da Agricultura. Este Plano é, como se sabe, composto por um conjunto de ações para reduzir as emissões de gases do efeito estufa (GEEs) na produção agropecuária; é parte da Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC) e, ainda, componente do compromisso assumido na 15ª Conferência das Partes (COP-15) da Convenção do Clima, depois ratificado na COP-21. Este compromisso implica reduzir as emissões de GEEs em 37% até 2025 e em 43% até 2030, tomando como base as contabilizadas no ano de 2005.



Os programas do Plano ABC e as suas respectivas metas até 2020 são: recuperação de pastagens degradadas (15 milhões de hectares (Mha)); integração lavoura-pecuária-floresta (4 Mha); plantio direto na palha (8 Mha); fixação biológica de nitrogênio (5,5 Mha); plantação de florestas (3 Mha); e tratamento de dejetos animais (4,4 milhões de metros cúbicos). Se cumpridas, estas metas representariam cerca de 16% da PNMC. Mas, existem informações de que pelo menos a integração Lavoura-Pecuária-Floresta (iLPF) já tem mais de 14 Mha sob uso, muito antes e muito acima do programado.

Para acompanhar a evolução do Plano, foi criado, em 2012, no Centro de Agronegócio da FGV-EESP (GV Agro), o Observatório ABC, em parceria com o Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getulio Vargas (GVces) e apoio da Climate and Land Use Alliance (CLUA). O Observatório vem produzindo estudos, informações e eventos com debates e discussões sobre os avanços do ABC. Esses trabalhos vêm ajudando a melhorar a implementação do Plano, reduzindo burocracia e agilizando os processos.

Mas, ainda há muito a fazer nesse caminho. A adoção do Plano está abaixo da expectativa, o que se deve a algumas razões identificadas pelo Observatório: há pouca divulgação e conhecimento sobre as técnicas a aplicar (extensão rural e assistência técnica insuficientes); não existe certeza absoluta quanto aos benefícios econômicos dos programas; e, principalmente, falta monitoramento dos resultados ambientais devido a uma governança limitada dos processos. Tudo isso está evoluindo, inclusive com a recente instalação, pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), da Plataforma Multi-Institucional de Monitoramento das Reduções de Emissões de Gases de Efeito Estufa.

Há problemas adicionais, como a regularização fundiária nas áreas de fronteira, e discussões sobre a aplicação de recursos em regiões com menor chance de retorno econômico.

Mas, a contribuição do agro para a redução das emissões não para no ABC: o etanol de cana emite apenas 11% do CO_2 emitido pela gasolina, o que ajuda a mitigar as mudanças climáticas. E a recuperação de Áreas de Preservação Permanente (APPs) e áreas de Reserva Legal (RL) determinada pelo Código Florestal também reduzirá emissões. ■

PRODUZIR

A EXPORTAÇÃO DE ANIMAIS VIVOS E OS NOVOS DESAFIOS DA PECUÁRIA

TERESA VENDRAMINI

Pecuarista e diretora do Departamento de Pecuária da Sociedade Rural Brasileira (SRB)

BOMBARDEADA POR uma série de acontecimentos nos últimos meses, a pecuária brasileira precisa, mais uma vez, comprovar a sua integridade e a sua eficiência para manter o padrão competitivo que apresenta. O episódio do início de fevereiro, com a decisão judicial de suspender o embarque de quase 26 mil bois no Porto de Santos, é mais um exemplo de como especulações, sensacionalismo e arbitrariedades podem colocar em risco o protagonismo do setor na balança comercial do Brasil. A solução emergencial, com a liberação de exportações de animais vivos no País sob recurso de uma liminar da Advocacia-Geral da União (AGU), ainda não pacifica o cenário de incerteza e insegurança jurídicas.

Atendendo reinvindicações de pecuaristas de todo o Brasil, a SRB convocou, em sua sede, uma reunião com o secretário de Agricultura e Abastecimento do estado de São Paulo, Arnaldo Jardim, além de representantes de outras associações do setor. Juntos, traçamos estratégias para evitar novos bloqueios e garantir que o País continue honrando os seus compromissos e preservando a sua competitividade em escala global.

O momento é de aproximação ao Ministério Público e ao Judiciário. Queremos um diálogo aberto para normatizar um entendimento, evitando novas decisões autoritárias e desconexas com a realidade do nosso setor. Consequência de um ativismo irresponsável, o embargo no Porto de Santos desconsidera os princípios técnicos da atividade e prejudica toda a cadeia produtiva, do pequeno e do grande pecuarista até o consumidor final.

Representantes da cadeia produtiva unem-se para combater ataques ideológicos com informação acessível e de qualidade. Levaremos ao conhecimento da sociedade que temas como sustentabilidade e bem-estar animal já são tratados com prioridade pelo agronegócio. O momento é de possibilitar que os nossos compradores conheçam a nossa eficiência em produtividade, aptidão tecnológica e responsabilidade ambiental. O pecuarista brasileiro, ao cumprir as mais exigentes legislações trabalhista, sanitária e florestal, dá ao mercado garantias da qualidade da nossa produção.

Ainda em janeiro, antes da polêmica envolvendo a exportação de gado vivo, o setor já havia sido pego de surpresa com a aprovação do Projeto de Lei que impõe a chamada "Segunda Sem Carne" no estado de São Paulo. Ações como essa, descabidas dos pontos de vista técnico e democrático, ignoram os princípios econômicos que regem a atividade produtiva. Mesmo com o veto à Segunda Sem Carne e a liberação das exportações de animais vivos, o setor precisa manter-se alerta. A mobilização de associações, empresas e produtores para contrapor questões de cunho ideológico desgasta a imagem do agronegócio e impõe custos financeiros a toda a cadeia produtiva.

O grupo reunido na sede da SRB já convocou reuniões para definir novas estratégias em defesa da pecuária, do agronegócio e do setor produtivo. A expectativa é de que um número maior de produtores e representantes de outras entidades compareça aos próximos encontros. O momento é de unir forças pelos princípios da livre-iniciativa e da segurança jurídica, criando as bases de uma economia mais forte e representativa para o Brasil que queremos. ■



OPINIÃO

PARA O AGRO AVANÇAR!

ARNALDO JARDIM

Deputado federal licenciado (PPS/SP) e secretário de Agricultura e Abastecimento do estado de São Paulo

QUANDO ASSUMI a Secretaria de Agricultura e Abastecimento, por indicação do governador Alckmin, uma questão saltava aos olhos: a necessidade de o setor ter a sua imagem consolidada positivamente, pois padecia com preconceitos contra si: vilão ambiental; relações de trabalho antiquadas; e atraso tecnológico.

Nesse período, com políticas públicas corretas, colaboramos com aquilo que é a dinâmica já própria e muito vibrante do setor, que incorporou o conceito de sustentabilidade, tem relações de trabalho modernas e é inovador, com uma preocupação com a evolução tecnológica fortalecendo pesquisas para o aumento da produtividade. Há, ainda, a crescente exigência da sociedade em relação ao bem-estar animal e a preocupação permanente com a saudabilidade dos alimentos.

É necessário, também, destacar o desafio que é buscar uma conjuntura macroeconômica na qual o setor avance – com atenção ao seguro agrícola e à necessidade de um Plano Safra plurianual.



Ao olhar o futuro, não tenho dúvidas de que temos condições de avançar e muito. Missão do produtor e, também, do setor público; anseio da sociedade!

O protagonismo do setor na economia foi a grande ferramenta que permitiu minorar os danos da situação macroeconômica e da recessão que se abateu sobre o País. Temos condições de manter esse ritmo e tornar mais evidente o papel central que pode ter o segmento na retomada consistente do crescimento econômico.

É necessário, porém, uma condição de envoltório macroeconômico que gere previsibilidade e elementos de produção para incentivar a busca pela produtividade.

Não há dúvidas de que o setor sente o desafio central da sociedade, hoje muito mais dinâmica e avançada em seus preceitos éticos e de regras de governança do que o Estado brasileiro. O Estado, que, algumas vezes, cumpre o papel de ser dinâmico ou ser o polo mais avançado para indicar caminhos para a sociedade, está atrasado em relação a ela.

Da mesma forma, isso se reflete no setor. A estrutura que temos hoje de assistência técnica e extensão rural precisa ser revista. Insistimos muito na busca pelo cooperativismo, e alguns programas da Secretaria são expressão direta disto, como o Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável – Microbacias II – Acesso ao Mercado.

Buscamos reformular, também, o conceito de defesa agropecuária: preservar a sanidade das plantas e das criações, assim como garantir a saudabilidade dos alimentos. Desta forma, não resta dúvida que ao poder público cabe o papel de "auditar processos" e apostar no avanço da delegação de responsabilidade e do processo de autorregulação do setor.

No plano da pesquisa, avançamos na aproximação com a produção, o que significa uma nova vertente que pode dar foco aos trabalhos, objetivar demandas e ampliar a oportunidade de financiamento do próprio desenvolvimento da pesquisa pública. Nós em São Paulo, com apoio do governador Alckmin, avançamos na estruturação dos Núcleos de Inovação Tecnológica (NITs), que permitirão recuperar o dinamismo dos institutos de pesquisa.

Agrego a essas premissas o condicionante político: devemos usar o momento eleitoral para ampliar a nossa representação no Congresso Nacional, elegendo governantes com a visão correta do papel que podemos ter como protagonistas da retomada do crescimento, da afirmação de um projeto nacional!

São premissas importantes em que o setor agro deve avançar. ■

REFLEXÃO

LUZ DO SOL

LUIZ CARLOS CORRÊA CARVALHO
Presidente da Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG)

O sol caminha devagar, mas atravessa o mundo.

Provérbio africano

NO INICIAR da caminhada de 2018, em meio às chuvas de verão, vem do Sul do País uma decisão da Justiça de 2ª Instância dando indícios de já estarmos vivendo a recuperação da ordem no Brasil. Na esperança do progresso, o sol brilha e aquece os valores da sociedade, tão humilhada nos últimos anos pelo mais alto escalão dos poderes públicos. Nas palavras de Aristóteles, "a base da sociedade é a Justiça; o julgamento constitui a ordem da sociedade: ora, o julgamento é a aplicação da Justiça".

2018 carregará alguns fardos de elevada complexidade, como a luta pela aprovação da reforma da previdência no Congresso Nacional. A eleição geral, tanto no Legislativo, como nos Executivos federal e estadual, em meio a uma grave crise de ética nos ambientes público e privado, vem, agora, com limitações aos recursos financeiros para a busca dos votos. Se o primeiro tema – previdência – é muito desconfortável para muitos, o segundo – eleições – definirá o nosso futuro nos próximos quatro a oito anos. A lição deixada aos políticos pelos movimentos populares é outro fator de imenso valor.

A forma como o julgamento citado ocorreu lembra a seguinte frase de Voltaire: "a história dos grandes acontecimentos do mundo não é mais do que a história dos seus crimes". O Brasil viverá, neste ano, o início da nova e positiva onda das suas recuperações econômica e moral. Nesse sentido, a decisão judicial que condenou pela primeira vez um ex-presidente da República é, de fato, exemplar.

Para o agronegócio, que segue crescendo mesmo com a crise política, correr riscos é o seu dia a dia. Com um trabalho diuturno no enfrentamento ao clima, à opressão dos países ricos, ao olhar ácido e distante dos políticos ou à doença ideológica, o agronegócio aplaude o sol, que novamente transformará os seus raios em alimentos e energias em larga escala, com a tecnologia tropical desenvolvida aqui.

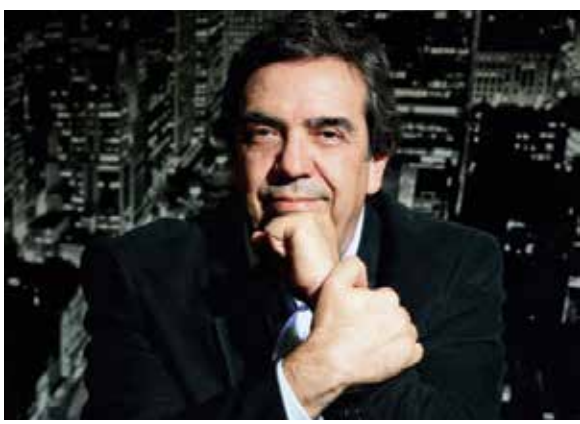
Nos diversos ambientes de produção, os raios solares, no milagre da fotossíntese, enchem os pratos do povo e os tanques dos automóveis, geram as fibras, o látex, os frutos, as flores, os tubérculos e as árvores.

Quais as opções que terão os eleitores nas próximas eleições e como se posicionará o agronegócio?

Sem o candidato do PT, em face da condenação, provavelmente se verá uma pulverização parecida com o que ocorreu na eleição de 1989. Independentemente disso, será fundamental ao agro posicionar os seus pleitos de forma clara e objetiva, buscando entender a reação ao seu programa de ideias pelos candidatos. Nenhuma entidade de classe deverá ausentar-se desse posicionamento.

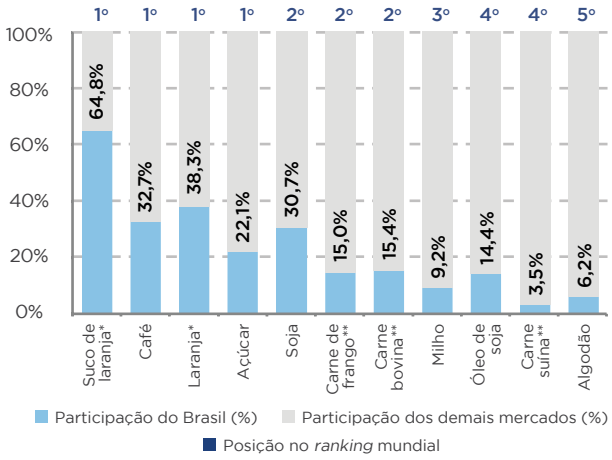
Em um mundo onde o pêndulo tende a buscar maior protecionismo dos países, incluindo o populismo, o Brasil trilhou, por vários anos, o atalho ao precipício. 2018 deverá receber de todos do agronegócio uma atenção especial: será preciso maior atuação do que antes se fez, pois a base econômica e social atual é tênue e não suportará novas aventuras.

Que o sol siga brilhando no nosso verão e nos ventos do outono, aqueça o inverno (que está por vir) e se faça presente na primavera dos votos de 2018, iluminando os brasileiros na sua opção pelo futuro. ■



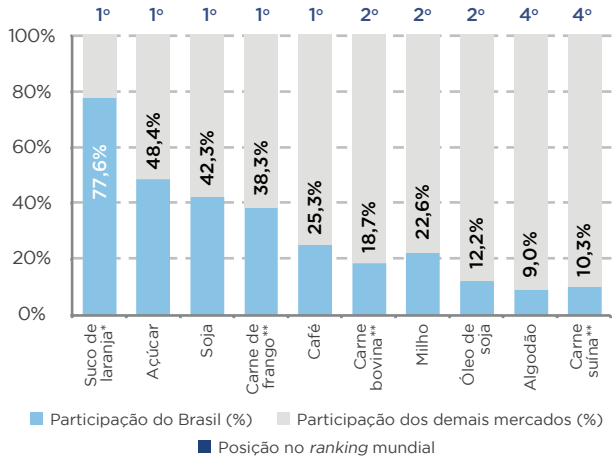
PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA BRASILEIRA

POSIÇÃO DO BRASIL COMO PRODUTOR EM RELAÇÃO AO MERCADO MUNDIAL EM 2017/18



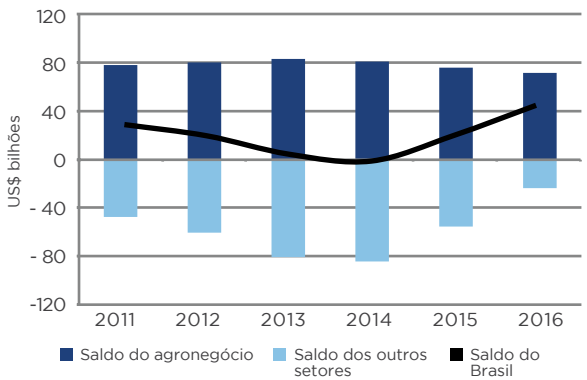
* 2015/16; ** 2017
Fonte: USDA

POSIÇÃO DO BRASIL COMO EXPORTADOR EM RELAÇÃO AO MERCADO MUNDIAL EM 2017/18



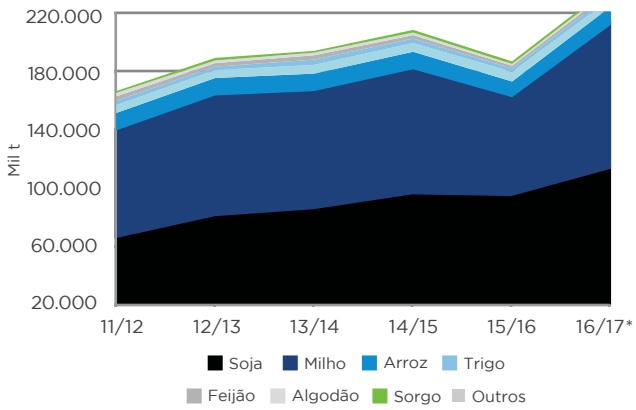
* 2015/16; ** 2017
Fonte: USDA; CNA

BRASIL: EVOLUÇÃO DO SALDO DA BALANÇA COMERCIAL



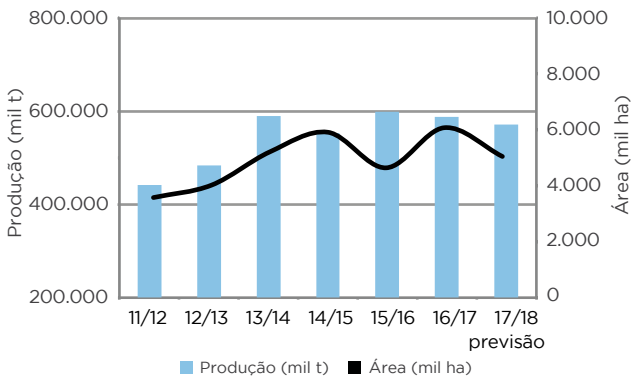
Fonte: SECEX

BRASIL: PRODUÇÃO DE GRÃOS, POR PRODUTO



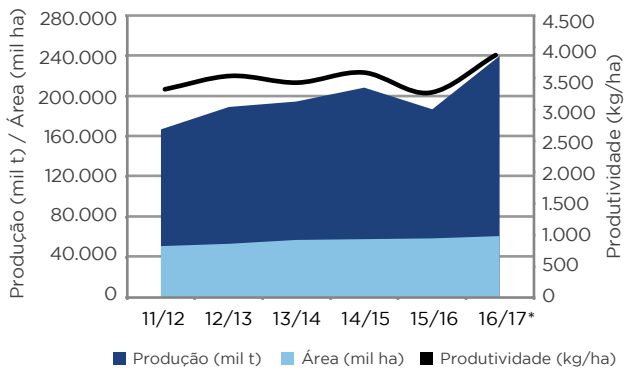
* Previsão
Fonte: Conab

BRASIL: ÁREA E PRODUÇÃO DE CANA-DE-AÇÚCAR



Fonte: UNICA; Conab

BRASIL: ÁREA PLANTADA COM GRÃOS, PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE



* Estimativa em setembro de 2017
Fonte: Conab